



ATA NÚMERO TRÊS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E
DEZASSETE______



tavira	<i>b</i>
Silva, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel	Hop.
Cristina Dias, Ricardina Pereira Alcaide Jesus, Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges e Sílvia	4
Alexandra Sanches Soares.	AL.
O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher, solicitou a substituição tendo sido substituído por	Jah.
Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges	
Os membros Sílvio Edgar Assis Fernandes e Nuno Filipe Gonçalves Diogo solicitaram a substituição	
tendo sido substituídos por Maria João Teixeira Dias Anjos substituída por João Manuel Fonseca Martins	
e Katy Guerreiro Xavier substituída por Miguel Alexandre Peres dos Santos, respetivamente.	
Os membros João Eduardo da Silva Trindade e Dinis Manuel da Palma Faísca solicitaram a	
substituição tendo sido substituídos por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva e Hugo Daniel Santos	
Gomes, respetivamente	
Dando início à sessão o Presidente da Assembleia disse que ia começar por colocar à discussão e	
votação a ata da última sessão realizada em vinte e sete do mês de abril, que tinha sido distribuída a	
todos os membros.	
A ata número dois foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a respeitava cuja	
listagem se encontra em anexo como documento número um	
Informou que tinha dado entrada na Mesa da Assembleia apenas um documento para apreciação, no	
caso, um Voto de Pesar, Solidariedade e Louvor apresentado pelo PS — Partido Socialista sobre o que	
passava a palavra ao Membro José Graça para que fizesse a sua apresentação	
O Membro José Graça disse que o Voto de Pesar que apresentavam eram simultaneamente um Voto	
de Solidariedade e de Louvor pois enquadrava-se no que se tinha, e estava a passar, na zona centro do	
país com os fogos florestais com uma gravidade nunca vista, nomeadamente em termos de perdas de	
vidas humanas mas também, para além de ter causado aquela dezena de mortes e centenas de feridos,	
tinha causado certamente milhões de euros de prejuízos materiais que lamentavam profundamente	
Tal como havia acontecido no ano de dois mil e doze quando os concelhos de Tavira e São Brás de	
Alportel tinham sido vítimas de uma tragédia semelhante, felizmente sem vítimas, verificava-se também	
uma corrente de apoio e solidariedade não apenas por parte dos bombeiros e agentes da Proteção Civil	
de todo o país como da generalidade dos portugueses	
Assim pretendia propor aos membros da Assembleia que aprovassem o Voto de Pesar pelas mortes	
ocorridas no incêndio de Pedrogão Grande, Góis e municípios limítrofes, mas também manifestarem a	
solidariedade para com as famílias afetadas e para com os autarcas dos municípios e freguesias	
abrangidas por aquela tragédia	
Acrescentou que gostariam também de louvar todos os bombeiros e agentes da Proteção Civil	
envolvidos no combate aos incêndios e no apoio que tinham prestado às vitimas, em particular os que	
se tinham deslocado do Algarye sublinhando os dois grupos de reforco aos incêndios florestais que	



desde domingo anterior se encontravam no centro do país tendo sido rendidos naquela mesma noite, com o apoio do Município de Tavira, e também os militares da GNR - Guarda Nacional Republicana, o GIPS - Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro colocado no Algarve, particularmente os elementos que estavam colocados em Cachopo, e ainda os técnicos da Segurança Social incluindo membros daquela Assembleia que se encontravam naquele mesmo dia na zona afetada para prestar apoio às famílias e às vitimas daquela trágica ocorrência. ----Para terminar, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal disse que se concordasse, gostariam de, após a aprovação daquele voto, propor que realizassem um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia de Pedrogão Grande. ----Os membros Ângelo Filipe Silva Pereira e José Mateus Domingos Costa entraram na sala pelas vinte e uma horas e vinte minutos. ----O Membro Filipe Lopes disse que pretendia em nome do grupo do PSD – Partido Social Democrata associar-se àquele voto sendo de lamentar que todos os anos tivessem que abordar os mesmos assuntos. Recordava-se como o Membro José Graça tinha referido, que em Tavira tinha havido um grande incêndio há alguns anos atrás, sendo que, infelizmente detinham o recorde de área ardida a nível europeu ocidental, pelo que a situação não os podia deixar indiferentes sendo necessário passarem à ação. ----Considerava que era importante apresentarem aqueles votos, porém, era necessário que cada um trabalhasse para evitar, da forma que pudesse, situações como aquela. ----O Membro João Carvalho disse que unindo-se às palavras do Membro José Graça gostaria de propor à bancada do PS que juntamente com o Voto de Pesar endossasse à Câmara Municipal de Tavira uma recomendação à Assembleia da República para que fossem apuradas até às últimas consequências todas as responsabilidades relacionadas com as sessenta e quatro mortes. ----Considerava que era o mínimo que podiam fazer pelo respeito que mereciam pois pensava que não podiam estar afastados daquela causa. ___ ---- O Membro Artur Sanina disse que o BE – Bloco de Esquerda depois de analisar o voto proposto pelo PS tinha, por unanimidade, decidido apoiar o voto do PS Tavira pretendendo contudo apresentar uma declaração de voto. ----O Presidente da Assembleia questionou se a bancada do PS teria algo a referir relativamente à intervenção do Membro João Carvalho. ----O Membro José Graça disse que aceitando e agradecendo as palavras proferidas pelos membros das várias bancadas ali presentes, relativamente àquela matéria considerava que aquele era essencialmente um momento de ação mas também de manifestarem a posição relativamente ao que estava a acontecer. __



Pensava que o apuramento das responsabilidades certamente que seria efetuado após a
apresentação do relatório e da conclusão de todas as diligências que se encontravam em curso. Já se
tinha verificado aquela declaração por parte dos responsáveis institucionais e pensava que, naquele
momento, enquanto representantes da Assembleia Municipal de Tavira, de um povo que também ele
tinha sofrido uma tragédia semelhante, a mensagem deveria de ser de pesar, solidariedade e louvor,
sendo certo que no momento oportuno seriam apuradas todas as responsabilidades quer fosse por
entidades nacionais ou internacionais, por entidades que atuavam naqueles meios ou independentes e
capacitadas para o efeito
Concluiu dizendo que também não deixavam de estar preocupados e pretendiam saber o que tinha
acontecido mas considerava que aquele não era o momento oportuno para aquele tipo de iniciativas
O Presidente da Assembleia colocou o Voto de Pesar, Solidariedade e Louvor a votação que foi
aprovado por unanimidade cujo texto integral se encontra anexado à presente ata como documento
número dois
Seguidamente fez-se um minuto de silêncio
O Membro Artur Sanina procedeu à leitura da declaração de voto:
"Declaração de Voto
Bloco Esquerda de Tavira à Moção do Partido Socialista de Tavira
O Bloco de Esquerda de Tavira apoia a Moção do Partido Socialista de Tavira em memória das
vítimas, em solidariedade com os seus familiares e em agradecimento a todos os que, no terreno,
combatem o flagelo dos incêndios
Não conhecemos ainda a total dimensão da tragédia dos incêndios de Pedrogão Grande, Figueiró dos
Vinhos, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra, Alvaiázere, Sertã, Pinela e Gois
Sabemos já que é insuportável
Pelas dezenas de pessoas que perderam a vida, pela impotência de todos os meios para lhes valer,
por tudo o que foi destruído, pelos feridos, a lutar pela vida, por quem procura pelos seus desaparecidos,
e porque neste momento ainda arde, há ainda quem seja obrigado a deixar tudo para trás, há ainda
quem esteja a combater as chamas
O choque e a dor são avassaladores, a necessidade de apoiar as vitimas e de debelar o fogo
concentram os esforços e a atenção do país. Populações, Bombeiros, GNR, Proteção Civil, todos os que
estão no terreno. Devemos-lhes tudo
Devemos-lhes a solidariedade, gratidão e respeito
Devemos-Ihes solidariedade na dor, na perda e na luta
E a forma como Portugal se organizou para apoiar desinteressadamente é emocionante
Será preciso mais, para acolher no imediato, mas também para reconstruir as vidas e a economia e o
Estado deve começar já essa tarefa.



tavira municipio
Devemos-lhe gratidão
Aos Bombeiros, porque sempre para lá dos limites das suas forças e apesar da insuficiência dos meio
A cada vizinho que ajudou quem estava perto. A cada comunidade que combate as chamas e acorre
quem mais precisa, civis e militares, do pessoal médico, aos trabalhadores das autarquias, devemos-lh
gratidão.
Devemos-lhe também respostas
Agora é o tempo da solidariedade e da dor, mas também do compromisso inequívoco de q
chegaremos ao tempo das respostas precisas e da responsabilidade rigorosa
Este não é só um problema do tempo ou do clima
Mas as questões mais complicadas são as das escolhas politicas: ordenamento do territór
desertificação e abandono, modelo de proteção civil, política florestal e o domínio do eucalipto
O Bloco de Esquerda de Tavira presta homenagem às vítimas da tragédia de Pedrogão Grand
Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Alvaiázere, Sertã, Pampilhosa da Serra, Penela e Góis
agradece a solidariedade nacional e internacional e o incansável trabalho de tantos e tantas que luta
no terreno pela proteção das populações
O Membro do Bloco de Esquerda de Tavira na Assembleia Municipal de Tavira
Artur Sanina"
O Membro João Manuel Fonseca Martins entrou na sala pelas vinte e uma horas e trinta minutos
Entrando no período antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia passou a palavra a
Membro Filipe Lopes
O Membro Filipe Lopes informou que tinham tomado conhecimento naquele momento que o antig
Ministro das Finanças e Governador do Banco de Portugal, Miguel Beleza, tinha falecido pelo qu
gostariam de propor um voto de pesar, embora daquele modo informal como até já tinha acontecido i
Assembleia
O Presidente da Assembleia referiu que não via qualquer inconveniente e pensava que a Assemble
ambém não veria, até porque pelas circunstâncias não poderia ser de outro modo.
O Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza foi aprovado po
unanimidade
O Presidente da Assembleia disse que apesar do Voto de Pesar não ter sido apresentado por escri
seria como habitualmente comunicado à família
Como já referido ia dar início ao período antes da Ordem do Dia informando o público qu
pretendesse intervir, que deveria de proceder à inscrição junto do secretariado.
A Membro Maria do Rosário disse que pretendia apresentar uma questão que considerava de cert
modo pertinente cuja solução desconhecia mas fazia questão de apresentar ali



----Em Santo Estevão existia uma casa mortuária que era simultaneamente de catequese e casa de lanche para crianças em dias de festa sendo que podia sair um corpo da casa mortuária e a seguir haver catequese. Considerava que nos tempos que corriam, embora sempre tivesse sido efetuado daquele modo, devia de haver uma mudança, não devendo ser permitido. Não diria que se tratava de uma questão de saúde pública mas considerava que não era de bom-tom sair um funeral, um corpo da casa mortuária, e a seguir ir-se realizar a catequese. ----Tinham naquele mesmo dia apresentado a questão ao Senhor Bispo, ela própria e o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, que os tinha recebido e onde para além de outras questões relacionadas com a Freguesia, com o Pároco, tinham abordado aquela. ----Considerava que a questão ficaria resolvida se os corpos fossem diretamente para dentro da Igreja e a Casa Mortuária servisse para outra função, todavia desconhecia até que ponto o Pároco estaria na disposição de aceitar que assim fosse porque, presentemente, apenas autorizava que ficassem na Igreja meia hora antes do funeral. Assim, gostava que o Presidente da Câmara auxiliasse na resolução daquela situação. ----O Presidente da Câmara referiu que aquela questão estava relacionada com o Pároco que estava em Santo Estevão e Luz de Tavira já que ao contrário de todos os outros Padres do concelho de Tavira não permitia os velórios dentro da Igreja forçando muitas vezes as pessoas a ficarem à chuva e passarem noites em locais minúsculos. Já tinha falado com ele tal como muitas outras pessoas mas mostrava-se intransigente ao contrário do que se passava em Tavira onde os velórios se realizavam na Igreja do Carmo, com muita dignidade, na Igreja de São Francisco e noutras. ----Assim era um problema cuja resolução tinha que caber ao Senhor Padre, ao Senhor Bispo, porque era uma questão que era da Igreja mas esperava que aquela postura mudasse. Tinha falado com ele e a recetividade não tinha sido muito boa. ----Acrescentou que também não conhecia da Paróquia de Santo Estevão e Luz de Tavira qualquer pedido para que a Câmara apoiasse sendo que os contatos entre o Pároco e a Câmara Municipal de Tayira eram mínimos ou inexistentes, principalmente desde que tinham liquidado a contrapartida de cento e noventa e cinco mil euros cujo cheque tinham endossado à Paróquia e que o Senhor Padre seguramente tinha registado nas contas da Paróquia e da Comissão Fabriqueira. Não tinham voltado a falar ao contrário do que acontecia com outros Párocos com quem até tinham projetos em conjunto. ___ ----Esperava que juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia e a Comissão Paroquial da qual a Membro Maria do Rosário fazia parte pudessem conversar, também com a ajuda do Senhor Bispo, que se assim acontecesse tinha a certeza que a questão se resolveria. _ ----Porém quando as pessoas não colaboravam na resolução de uma questão tão pequena mas muito importante pois já tinha presenciado pessoas à chuva, não em Santo Estevão mas na Luz de Tavira, que tinham que ficar na rua ao frio, numa situação que mesmo dentro da Igreja já era desconfortável,



apenas porque o Senhor Padre só permitia que os corpos entrassem na Igreja meia hora antes da cerimónia, era muito difícil. Lamentava que tal acontecesse até porque era devoto, mas não mandava na Igreja. ----Estava convicto que se existisse colaboração era um assunto que se resolvia facilmente e de uma forma célere não sendo necessário construir o que quer que fosse, bastando apenas boa vontade para a resolução de um assunto que pretendia ver solucionado já que era alvo de muitas queixas. ----Afirmou que estavam disponíveis para resolver mas que o Senhor Padre teria que colaborar. __ ----O Membro José Liberto referiu que não tinha intenção de intervir sobre aquele assunto até porque naquele mesmo dia tinham tido uma conversa com o Senhor Bispo, mas uma vez que tinha sido abordado, informava que tinha convidado a Membro Maria do Rosário para estar presente numa reunião com o Senhor Bispo visto a situação em Santo Estevão estar a ficar muito complicada por a Igreja estar fechada. Tinha explicado o que estava a acontecer não apenas quanto à Casa Mortuária mas também relativamente a outras questões que se estavam a verificar em Santo Estevão e na Luz de Tavira. ----Tinha sido uma conversa muito agradável e no dia seguinte a Igreja estaria aberta pela oito horas da manhã para receber o corpo de um amigo seu que tinha falecido e cujo funeral seria nesse dia. Pensava que possivelmente a partir desse dia, todos os corpos passariam a ir para a Igreja o que apenas dependia, pelo que tinha entendido, da conversa entre o Senhor Bispo e o Senhor Padre que como se tinha apercebido também era quase inexistente. ----Devido às dificuldades de comunicação com o Senhor Padre tinha solicitado à Dona Beatriz que a porta da Igreja estivesse aberta pelas oito horas da manhã do dia seguinte com a indicação de uma ordem expressa para tal por parte do Senhor Bispo. ____ ----Concluiu dizendo que no dia seguinte a Igreja estaria aberta, que futuramente a situação seria ultrapassada e que iriam acontecer algumas alterações. ----O Membro José Graça disse que pretendia abordar alguns assuntos pois pensava que naquela Assembleia Municipal tal como já o tinham efetuado há cerca de dois meses atrás na sessão de abril, deviam de registar algumas notícias boas que iam recebendo pela cidade e que, de alguma forma consagravam o trabalho que vinha sendo realizado em várias áreas. Primeiramente na área do desporto gostava de sublinhar e também ali dar uma palavra ao Tavira Natação Clube e realçar o regresso de uma tavirense a uma seleção nacional.___ ----Já há muitos anos que para além de representações individuais, Tavira não tinha aquela felicidade sendo que presentemente era uma jovem formada no Tavira Natação Clube que iria representar Portugal no Campeonato da Europa depois de também ter participado no Campeonato da Europa de Juniores, pelo que gostava de ali deixar o registo para Beatriz Viegas.





----Também gostava de deixar uma referência aos bons resultados obtidos pelos atletas na área das lutas desportivas nos recentes campeonatos da Europa do Clube Kombate Fácil. _____



----Por fim, uma notícia que tinham tomado conhecimento recentemente e que ainda não tinha tido grande divulgação a nível nacional o que aconteceria certamente ao longo do final de semana, referia-se à atribuição do prémio internacional de arquitetura ao arquiteto Eduardo Souto Moura pela intervenção executada no Convento das Bernardas. O Convento das Bernardas tinha mais de quinhentos anos tendo sido certamente o último convento a ser encerrado no Algarve e tinha tido longos anos de abandono, de utilizações alternativas muitas das quais tinham deixado marcas mas que também por mão do Grupo Entreposto, sob a orientação do arquiteto Souto Moura, tinha sido recuperado para o Turismo Residencial sendo presentemente um exemplo de património que orgulhava não apenas os tavirenses mas também um património que era distinguido com um prémio europeu de intervenção no património arquitetónico.



----Disse que gostava ainda de dar nota, sabendo que muitos se iriam queixar, mas pretendia salientar a evolução positiva da atividade económica em Portugal. Na corrente semana tinham saído os resultados do Banco de Portugal relativos à atividade do primeiro trimestre e as perspetivas para o período até ao ano de dois mil e dezanove. A atividade económica deveria crescer ao longo do horizonte de projeção a um ritmo superior à área do euro e ao registado desde o início da recuperação económica após um crescimento de um vírgula quatro por cento no ano de dois mil e dezasseis, o PIB - Produto Interno Bruto deveria aumentar dois vírgula cinco por cento no ano de dois mil e dezassete, dois por cento no ano de dois mil e dezoito e um vírgula oito por cento no ano de dois mil e dezanove que representavam valores superiores aos projetados no mês de março anterior pelo Banco de Portugal. No ano de dois mil e dezanove o nível do PIB português deveria superar o observado antes da crise financeira internacional. ----Acrescentou que gostava de sublinhar, especialmente naquela Assembleia Municipal, aqueles números porque eram alcançados através do aumento da atividade exportadora e particularmente do aumento da atividade turística sendo que nesse capitulo os algarvios não deviam de deixar de relevar o importante papel que o Algarve continuava a ter naquele domínio. Dois terços da atividade turística em Portugal, comprovadamente através dos números apresentados pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, eram provenientes do Algarve que, no ano de dois mil e dezasseis tinha atingido os dezoito milhões de dormidas na região. O Aeroporto de Faro estava a crescer ao nível de chegadas internacionais a ritmos nunca vistos, inclusivamente no primeiro trimestre do corrente ano, a taxa de aumento de passageiros relativamente ao trimestre homólogo do ano de dois mil e dezasseis tinha sido de dezassete vírgula oito por cento. Considerava que felizmente e atempadamente tinha havido a capacidade de prever aquele aumento e de preparar o Aeroporto para uma procura cada vez maior, estando a decorrer uma intervenção que deveria de estar concluída no mês de julho seguinte e que iria



consolidar o papel do Algarve em termos internacionais e também o seu contributo para a recuperação da economia portuguesa. ----Algumas pessoas poderiam questionar quanto ao papel de Tavira, assunto sobre o qual já tinham falado várias vezes, mas pensava que Tavira também estava a registar uma procura turística bastante elevada sendo aquele o papel que também deveriam de exercer, de acompanhamento da atividade municipal mas também de qualificação de Tavira como destino turístico ao invés de nada fazer. Sabiam que existiam várias coisas a fazer sendo por isso que pretendia apelar para que a Assembleia Municipal não perdesse a capacidade reivindicativa para exigir que algumas infraestruturas fossem requalificadas de modo a responderem à procura e ao aumento da atividade turística, mas também para servirem melhor os cidadãos que residiam em Tavira durante todo o ano. ----Acrescentou que também precisavam de outras infraestruturas tendo uma forte necessidade de qualificarem alguns serviços que eram prestados aos residentes e aos turistas sendo esse papel de exigência permanente e responsável que deviam de desempenhar enquanto autarcas locais. ----Concluiu salientando que o papel dos membros da Assembleia deveria de ser um papel ativo e proativo. ----A Membro Maria Otília Martins Cardeira entrou na sala pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. ----O Membro João Carvalho referiu que a semana tinha sido muito difícil para muitos jovens do concelho, uns que tinham perdido a vida, outros que lutavam por ela, devido aos acidentes que tinham ocorrido na Estrada Regional 125 e outras estradas. Particularmente no que se referia à requalificação da ER125 que muitas vezes tinha sido reivindicada durante os últimos quatro anos, nomeadamente quando o anterior Governo ainda estava em funções, tinha deixado de saber o que se passava ou pelo menos não tinha acesso à informação porque os Ministros já não eram do seu partido. Assim tinha que questionar quem estava na Autarquia até porque o partido era o mesmo do Governo.__ ----Pretendia questionar se existia alguma perspetiva para que a ER125 fosse asfaltada, requalificada, se existiam datas ou algo realmente valido que estivesse assinado. ----Não querendo ser advogado em causa própria, o cruzamento de Pedras D'el Rei continuava a ceifar vidas, pelo que gostava de propor, e acreditava que o Presidente da Câmara estivesse atento à questão até porque uma das pessoa que ali tinha tido um acidente e que presentemente lutava pela vida pertencia à sua lista, não sendo culpa de ninguém, seria bom que ali houvesse outro tipo de requalificação de modo a evitar que mais jovens, mais inocentes, ali perdessem a vida. ----Sabia que deviam de estar, ou pelo menos o Governo devia de estar, com muita vontade de realizar obras, pelo que pedia que o Presidente da Câmara fizesse todo o possível, tudo o que estivesse ao seu alcance, para que aquela requalificação fosse realmente efetiva e que os protegesse daquelas armadilhas que iam ceifando a vida a um e a outro, pessoas que amavam e pessoas de que gostavam.



	2.45
tavira	3/
Referindo-se também ao que o Membro José Graça tinha dito, com base nos dados do próprio $^{ u}$	
Governo, Lisboa tinha passado o Algarve em termos de dormidas turísticas.Certamente que não seria 🛝	John
Vitor Neto e outros que tinham tido grandes ideias, mas a economia estava a crescer porque Portugal	40
era realmente um país atrativo e todos estavam a descobri-lo	1
Falando de Tavira o que estava errado tinha sido efetuado pelo PS mesmo à frente do Membro José	K
Graça quando este pertencia aos quadros da Câmara, ou pelo menos ao Executivo, como era o caso do	J.
erminal rodoviário, antigo posto de turismo, a demolição da Casa do Comandante Castro e muitos	
outros monumentos sendo esse o único problema existente em Tavira quanto ao turismo, pelo que o	
Membro deveria de agradecer ao Executivo anterior e provavelmente ao atual Presidente da Câmara	
que tinham vindo a ter o bom senso de requalificar apenas e não fazer as asneiras como o Membro	
antas vezes tinha visto fazer e nada tinha dito	
O Membro José Graça disse que agradecia que o Membro João Carvalho precisasse o que tinha	
cabado de dizer pois nunca tinha pertencido ao Executivo Municipal da Câmara Municipal de Tavira,	
pelo que certamente deveria de estar equivocado	
O Presidente da Assembleia Municipal disse que as frases ficavam para quem as proferia sendo que	
oor vezes não se sabia o que se dizia mas tal ficava registado	
O Membro Hugo Gomes disse que gostava de pegar nas palavras do Membro José Graça e juntar-se a	
elas porque considerava que ele tinha toda a razão. Pensava que os seus amigos iriam ficar aborrecidos	
nas felizmente o pais encontrava-se num período de expansão. Gostava de recordar que a própria	
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, que era apartidária, nada tendo	
ver com a política nacional, tinha reconhecido que os esforços efetuados no Governo anterior estavam	
inalmente a dar frutos. Infelizmente não iriam continuar porque, como sabiam, tinha havido um	
lesinvestimento brutal e presentemente ao falar-se tanto de fogos florestais era importante recordar	
que o atual Governo tinha reduzido em nove por cento o investimento na prevenção de fogos.	
Provavelmente estaria na altura de abordar o assunto ao contrário do que muitos faziam, não	
squecendo o enorme desinvestimento que estava a ser efetuado na educação, nos hospitais, na	
egurança, contudo de facto o pais crescia, todos os indicadores económicos eram bons, mas talvez	
levessem de uma forma honesta olhar para a herança que tinha sido recebida e que infelizmente estava	
ser delapidada, o que considerava lamentável, mas estava a acontecer	
De facto o turismo estava em alta mas desconhecia se por mérito do Governo atual ou se	
provavelmente mais por mérito da insegurança que reinava noutros países. Felizmente Portugal estava	
captar aquele turismo que fugia de outros países.	
Reiterava que se juntava às palavras do Membro José Graça por felizmente o país estar a crescer mas	
no ano seguinte logo veriam	



tavira
O Membro Artur Sanina disse que realmente era um facto que a economia estava a crescer, as
exportações a aumentar, as condições de vida das pessoas a melhorar, mas havia um fator que estava a
ser esquecido e que ele também considerava que deviam de pensar. Verificavam que os partidos
políticos deixavam de ter o impacto que tinham junto das sociedades democráticas, como era o caso em
França e noutros, pois o papel civil e dos independentes era cada vez mais forte já que o poder político
vivia numa atmosfera de valorização pessoal e da sua própria vida
Presentemente o tema era o turismo, e o Algarve esquecido quanto ao que se passava em termos do
desequilíbrio do ordenamento florestal existente. A desertificação do interior era uma realidade, as
condições de vida das pessoas no interior cada vez eram mais dificultadas levando as populações a
procurarem o litoral porque no interior eram esquecidas, as aldeias eram esquecidas, as pessoas não
eram ouvidas, tudo à custa do chamado turismo. Verificavam também que além do ordenamento
florestal que não existia, a própria política do concelho e a sua cultura deveria de ser predominante a
esse nível e dos equilíbrios ambientais que não existiam
Relativamente à questão dos animais, assunto que se dizia estar na moda, considerava que a cidade
não estava alertada
Assim pensava que todas aquelas situações eram importantes, não apenas o turismo porque as
pessoas existiam, o investimento devia de existir e as pessoas não podiam ser esquecidas, tendo que
existir um equilíbrio na agricultura sabendo-se o que era necessário fazer também para cativar os jovens
para que ficassem nas suas próprias terras, quais as infraestruturas que deveriam de ser implantadas
para que esses jovens tivessem o seu primeiro emprego
Desde o ano de mil, novecentos e noventa que não existia habitação social havendo setecentas
pessoas, de acordo com os inscritos para habitação social, para seis ou sete habitações. Aquelas eram
políticas que deviam de ser definidas pelas autarquias, pelos responsáveis políticos, que também
deviam de modificar um pouco a sua forma de atuação porque a sociedade começava a dar sinais de
cansaço relativamente à política e aos partidos políticos.
Terminou dizendo que cada vez mais o papel civil era importante sendo que havia um aumento da
participação de independentes, pessoas a serem chamadas para fazer parte das decisões, das
comunidades não centralizando as questões apenas ao nível dos serviços.
O Membro Filipe Lopes disse que se tinha recordado de um assunto sobre o qual já tinha pensado
várias vezes. Assim, deixando de lado os discursos e passando a casos concretos, com todo o mérito que
tinham em fazê-los, apenas pretendia efetuar um alerta sobre um problema existente no concelho que
se referia à falta de parques infantis por terem sido desmontados e não substituídos. Considerava que
os baloiços podiam de facto magoar as crianças, mas todos tinham sido crianças e certamente se teriam
ferido de algum modo, pelo que, pensava não ser aquela a questão. O facto era que os parques infantis
estavam a desaparecer.
stavani a uesapatetei.

tavira

----O Presidente da Câmara respondeu que alguns parques infantis tinham sido retirados porque não tinham o mínimo de condições e muitos deles tinham sido reparados estando os seus equipamentos recolocados. Os que não existiam porque os equipamentos tinham sido retirados teriam que ser mudados de local uma vez que se encontravam em locais com espaço insuficiente para os baloiços funcionarem em simultâneo, tinham todos os equipamentos mas as crianças não podiam frequentá-los porque pela sua dinâmica não funcionavam. Como exemplo citava Santa Luzia que se constituía como um caso típico onde o espaço tinha que ser alargado. Assim estavam a desenvolver um projeto para quatro ou cinco parques infantis, entre os quais o da Atalaia, para que fossem redimensionados. Quanto aos restantes estavam a ser reparados não tendo sido todos encerrados. Alguns equipamentos também não existiam porque tinham que efetuar intervenções urbanísticas, sendo que estas seriam concretizadas no sentido de aumentar o espaço dos parques e colocar equipamentos novos e mais atuais. Tratava-se de um investimento de cerca de trezentos mil euros que estavam a preparar e que seria apresentado naquela Assembleia Municipal. ----Relativamente aos parques que tinham boas condições iriam proceder à substituição dos baloiços, cordas, arames, tabuas, entre outros, como o estavam a fazer em todo o concelho. ----Quanto à questão levantada pelo Membro João Carvalho gostava de dizer que era o autor de uma frase, que mantinha, e que era de que no Algarve não podiam existir algarvios de primeira e de segunda sendo esta também repetida pelo Ministro. Porque presentemente se estava a viver melhor havia quem, tendo memoria fraca, se tivesse esquecido que tinham havido alguns anos que não tinham sido nada fáceis e não se recordasse do "custe o que custar", do pouco dinheiro, do desemprego e todas aquelas questões. ----Tinha havido uma altura em que para combater as despesas das PPP - Parcerias Público-Privadas, que em oito anos da sua governação na Câmara Municipal apesar de o poder fazer, nunca tinha constituído nenhuma, que tinha recusado, por considerar que era mau. Estas tinham sido alvo de uma grande reestruturação como tinha sido o caso das Rotas do Algarve que no caso da requalificação da ER125 tinha sido amputada numa parte, colocando a parte de Olhão nascente até Vila Real de Santo António nas Infraestruturas de Portugal que, como todos sabiam, não dispunha de verbas. Aquele tinha sido o grande negócio, que não considerava correto, que tinha aliviado na manutenção retirando uma parte da concessão que estava concessionada, com todos os problemas associados, colocando-os nas Infraestruturas de Portugal. Reparar aquele troço teria o valor de cerca de catorze milhões de euros para as Infraestruturas de Portugal e caberia àqueles que tinha designado como algarvios de segunda, de Olhão nascente para Vila Real de santo António. Presentemente estavam a decorrer negociações, já se tendo concretizado a reestruturação ou PPP sobrevivente do lado do barlavento e cujos projetos, já vistos, contemplam também a resolução de um conjunto de pontos problemáticos._



----Relativamente ao cruzamento para Pedras D'el Rei teria que revisitar o projeto para verificar se estava contemplado. O que sabia era que iriam deixar de haver atravessamentos, ou seja quem pretendesse entrar na ER125 teriam que seguir a linha de trânsito tendo por isso que ir dar a volta à rotunda mais próxima cujo número iria aumentar com a construção de várias rotundas pontuais. Assim acidentes nos cruzamentos iriam deixar de acontecer. ----A informação de que dispunha era que faltava o visto do Tribunal de Contas sendo que os projetos já estavam concluídos, tendo a indicação do ano de dois mil e dezoito para a intervenção porque ainda faltavam os concursos, pelo que não acreditava que se concretizassem no ano de dois mil e dezassete. O concurso era sujeito a duas fases, sendo a primeira fase do concurso constituída por três ou quatro prioridades identificadas e não aleatórias, como eram os casos da Praia Verde e todo o troço até à entrada da Altura cuja zona estava muito degradada, a reparação do troço nascente de Olhão até à Via do Infante e o piso da Rotunda da Nora em Tavira que, como sabiam, tinha ali acontecido um grave acidente com um veiculo que tinha passado por cima da nora que estava a ser arranjada para ser recolocada e cujo arranjo tinha um custo que rondava os três mil euros que esperava fosse coberto pelo seguro. Aquelas eram as três ou quatro intervenções prioritárias que iriam ser realizadas antes da correção total do pavimento que, segundo as datas que dispunha, iria acontecer no segundo semestre do ano de dois mil e dezoito. ----A ponte do Almargem seria a quarta intervenção porque se encontrava em avançado estado de degradação estando identificada como prioritária para reparar na primeira fase. Haveria depois uma segunda fase em que seria colocado um tapete total. ___ ----Nos próximos tempos a ER125 estaria reparada até Olhão poente e a partir dai teriam que aguardar, o que considerava lamentável, porém era a informação de que dispunha sabendo que já existiam processos concluídos, negociados, e que envolviam quatro ou cinco municípios. ----O Membro Brandão Pires disse que pretendia abordar algumas questões que tinham acontecido recentemente e cujas intervenções tanto ali na Assembleia Municipal como um pouco por todo o lado o deixavam algo surpreendido pois parecia que Portugal não era um país com imensas fragilidades estruturais, repleto de problemas, sendo que por vezes o milagre era não acontecerem catástrofes com mais frequência, pelo que o que o surpreendia era que se chamasse à colação como se se tratasse de um problema recente, como se alguém pudesse crer e, referindo-se ao incêndio de Pedrogão Grande, que os pinheiros junto à estrada, ou cais e outros locais que estavam muito deteriorados fossem culpa dos últimos dois anos de Governo. ----Citando como exemplo, nos últimos cinco anos tinha ocorrido novamente uma forte emigração que tinha levado a que as populações das zonas rurais as abandonassem sendo que considerava ser essa uma das razões principais que levava ao descuramento da floresta. Assim, reiterava que pensava ser uma imensa demagogia pretender-se imputar a responsabilidade dos problemas estruturais do país ao



último ano e meio de governação considerando mesmo que seria uma falta de consideração para com as vítima, para com quem prestava serviço público, para com todos, os argumentos da conjuntura, politiqueiros, para tentarem justificar os gravíssimos problemas do país. ----Existiam graves problemas estruturais que por vezes se tentavam encapotar, ou embandeirava-se em arco alguns resultados positivos que eram alcançados que, todavia, não eram estruturais mas conjunturais sendo pois conveniente que existisse essa consciência. Os problemas das florestas eram causados por muitos terrenos privados, com um mercado económico a funcionar mal mas sem que o Estado pudesse atuar, acrescidos do imenso despovoamento do interior como era facilmente visível no concelho de Tavira, na região do Algarve e por todo o país, tendo sido agravado pelo último surto de emigração. Por razões profissionais tinha estado a trabalhar na zona centro do país onde tinha tido a oportunidade de verificar a saída muitíssimo significativa da população tanto pela emigração como por outros fatores, pelo que os terrenos, as zonas, tinham ficado cada vez mais abandonadas tendo as pessoas deixado de viver em comunidades locais em torno da floresta o que tinha tornando muito mais difícil cuidá-la e combater os incêndios. ----Outro exemplo que podia indicar era que considerava naturalíssimo que os partidos políticos quando apresentavam propostas tendessem a atingir o maior número de pessoas possível de modo a usufruírem dessas medidas politicas. Assim quando propunham uma medida política tendencialmente não pensavam tanto nas zonas rurais mais despovoadas porque os eleitores eram poucos, mas antes em zonas de grandes aglomerados populacionais. Uma dirigente de um partido cujo representante já tinha falado naquela Assembleia, que recentemente tinha tido responsabilidades nas áreas ali abordadas, a grande medida politica que nos últimos tempos tinha proposto e que quase esgotaria o quadro comunitário de apoio, tinha sido a construção de vinte estações de metro para Lisboa. Tinha-o feito porque desse modo estaria a falar ao coração de dois ou três milhões de pessoas, eleitores, sendo pois aquela a questão, mas assumiam-se a favor da florestação, contra a desertificação, cujas responsabilidades governativas ainda há pouco tempo tinha tido naquela área e a proposta apresentada recentemente consistia na criação de vinte estações de metro para Lisboa por que tal representava muitos votos. ----Concluiu dizendo que os problemas do país eram estruturais e já existiam há dezenas de anos pelo que considerava uma incorreção total estarem a ser imputadas responsabilidades ao Governo fosse ele o atual ou o anterior. A situação representava muitíssimos anos em que se tinha verificado a degradação da qualidade de vida do interior, em que as pessoas tinham abandonado o interior sendo pois cada vez mais difícil sustentar politicas, e sustentá-las tanto financeira como politicamente, de modo a minimizar aquele tipo de problemas. ----O Membro João Carvalho pedindo desculpa, disse que lhe parecia desonestidade intelectual a

evocação dos quatro anos em que tinham estado a salvar o país da bancarrota. Acrescentou que não se



estavam a referir aos incêndios ou à floresta mas antes aos sessenta e quatro mortos que tinham entrado por uma estrada que não tinha sido cortada ao trânsito. O que estavam a falar era sobre um sistema chamado SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal que tinha tido um custo de seiscentos milhões de euros, sido adquirido por António Costa a Dias Loureiro e que não tinha funcionado, não estando portanto a referirem-se ao incêndio que também tinha ocorrido no concelho de Tavira onde tinham havido estradas que tinham sido cortadas._ ----Acrescentou que o Membro Brandão Pires tinha mencionado que acusavam o Governo mas ninguém dizia que tinha sido o Governo que tinha provocado o incêndio nem que os problemas na floresta eram culpa do Governo mas antes que tinham falecido sessenta e quatro pessoas por os meios de segurança terem falhado. Não pretendiam culpar o Governo que não tinha culpa da florestação até porque não estava há tempo suficiente, contudo existia um modelo de prevenção, de proteção que tinha sido muito dispendioso sendo que as pessoas tinham o direito de saber se voltariam a acontecer falhas no futuro porque tinha sido despendida uma verba muito avultada para que existisse Proteção Civil. Não era o incêndio que estava em causa pois o sistema poderia ter falhado numa inundação ou noutro acidente qualquer. ----O Presidente da Assembleia Municipal disse que não estando relacionado com aquela Assembleia, o que considerava lamentável era o que via todos os dias na televisão, desde sábado anterior, em que era utilizada a morte de sessenta e quatro pessoas para fazer politica sendo por razões como aquela que a política era cada vez menos considerada. ----Passando à ordem de trabalhos disse que antes de iniciarem pretendia apresentar uma proposta. A ordem de trabalhos era composta por sete pontos sendo iniciada com a apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, seguida de dois pontos de apreciação, pelo que só a partir do ponto número quatro existiriam votações. Assim o que pretendia propor era que o ponto número seis relacionado com a votação para a atribuição de medalhas municipais de mérito, bons serviços e dedicação, passasse a ser apreciado imediatamente a seguir ao ponto da Informação do Presidente da Câmara pois tratando-se de uma proposta com doze nomes para votação, o secretariado passaria ao apuramento dos resultados possibilitando que prosseguissem com a ordem de trabalhos. ----Verificando que ninguém se opunha, passou ao ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. ----O Presidente da Câmara referiu que iria apresentar uma resenha dos acontecimentos verificados desde a Assembleia Municipal de vinte e sete de abril anterior. ----Tinha sido inaugurada uma nova exposição intitulada "O Surrealismo em Portugal" que aconselhava que viessem porque eram muito interessante. Aquela exposição era o resultado de uma parceria entre o Município de Tavira e a Fundação Cupertino Miranda localizada em Famalicão.

----Tinham acontecido várias feiras e festividades das quais destacava o Festival de Gastronomia do Mar.



Tinham-se realizado vários eventos interessantes como o "Barro Cal", a primeira festa, feira, do
barrocal algarvio que consistia numa iniciativa que estava prevista no "365 Algarve", o "Algarve Nature
Week" cujo evento tinha ocorrido nas Quatro Águas, e um conjunto de outros festivais como o "21º
Festival do Teatro Amador" na Conceição de Tavira e a festa promovida pela ADOTA - Associação dos
Animais de Santa Luzia Tavira que tinha deixado crianças e animais felizes
No âmbito de intervenção e participação do Municipio de Tavira no programa "365 Algarve" tinha
havido um conjunto de concertos
Tinham realizado muitas iniciativas, porque a partir de certa altura se tinham conciliado com o
Programa "Viva a Primavera", com a participação de associações culturais locais para o que tinham
investido setenta e seis mil euros de investimento municipal
Mostrou três iniciativas de caracter musical do Programa "Viva a Primavera" que tinham contribuído
para melhorar a perspetiva cultural do concelho
Realizaram-se vários Workshops, Conferências e outros, tendo grande parte daqueles eventos
ocorrido na Biblioteca Municipal
Aproveitava para informar que aquela seria uma das últimas sessões públicas a serem realizadas
naquela Biblioteca Municipal antes do verão uma vez que a mesma iria estar encerrada ao público de
três de julho a quinze de setembro pois iria ser alvo de uma intervenção para tratamento do chão, casas
de banho, paredes, exterior, e algumas reparações estruturais que desde a sua construção não estavam
bem. Assim, para o puderem realizar, a única forma passava por encerrar a Biblioteca pois teriam que
ser movimentados cerca de vinte e cinco mil volumes bibliográficos o que seria incomportável se a
Biblioteca estivesse aberta, para além do facto de haver obras a decorrer
Apresentou mais cum conjunto de iniciativas e palestras com jovens, que se tinham realizado na
Biblioteca
Na área do desporto pretendia realçar o Programa de Atividade Física Municipal com três iniciativas
importantes, "Todos a Caminhar", "Todos a Caminhar sob as Estrelas" e o "Todos a Pedalar"
Ao nível do desporto tinha-se realizado também um conjunto de iniciativas como o "12º Raid BTT
Terras da Conceição", o "Campeonato Nacional Karaté JSKA – P" organizado pelo Kombatefácil, o "Open
de Kickboxing de Tavira" que tinha acontecido pela primeira vez em Tavira, o "Il Duatlo Cross Cidade de
Tavira" organizado pelo Clube de Vela de Tavira, o "13º Raid Sotavento Algarvio" organizado como
habitualmente pelo Centro Cultural e Desportivo União de Ciclismo Tavirense e a "Marcha Distrital
Noturna"
Também tinha acontecido, há poucos dias, o <i>"Tavira Bike Race"</i> organizado pelo Club BTT Team, com
grande sucesso, que tinha trazido muitas pessoas à cidade, numa noite excelente, e tinham organizado
um "Meeting de Gestão de Desporto" com a participação de muitas pessoas de diferentes locais, muitos
convidados, para efetuarem uma reflexão sobre a gestão pela qualidade na área desportiva com troca.



de experiências interessantes. Aquele evento também tinha sido realizado na sequência do reconhecimento do Municipio de Tavira como cidade amiga do desporto por parte da APOGESD -Associação Portuguesa de Gestão de Desporto cuja distinção também implicava algumas responsabilidades na área da gestão da qualidade desportiva, da formação, da formação de dirigentes e treinadores questões que tinham estado muito interessados em participar. ----Apresentou mais um conjunto de iniciativas de carater cultural. _ ----Referiu um evento que considerava sempre muito agradável que era a distinção no "Dia Nacional do Pescador" realizado no dia trinta e um de maio e o "Dia da Criança" cuja comemoração considerava que no corrente ano tinha tido um upgrade uma vez que tinham reunido os cerca de dois mil alunos, que faziam parte da comunidade escolar de Tavira, no Parque de Feiras e Exposições onde tinham sido colocados muitos equipamentos e muitos monitores para que as crianças se divertissem. Considerava que estava bem organizado, tinha sido seguro, tendo sido um dia em que as crianças e jovens das escolas de Tavira se tinham divertido para comemorar o "Dia da Criança". ____ ----O Presidente da Câmara passando ao tema de obras e urbanismo disse que estavam a decorrer várias intervenções sendo que principalmente eram compostas por pavimentações na cidade. Tratava-se de procedimentos que já se encontravam em curso há algum tempo e que pretendiam tentar concluir para que as intervenções se realizassem no mês de julho seguinte. As intervenções localizavam-se sobretudo nas áreas urbanas sendo que já tinham executado durante a época baixa um conjunto de intervenções no centro da cidade, pelo que presentemente iriam executá-las em zonas habitacionais como era o caso do Perogil, Urbanização da Asseca, Rua Francisco Sá Carneiro e um pouco por toda a cidade sendo que a ponte também iria ter piso novo. ----Toda a envolvente exterior da Atalaia também teria novo piso, a Rua Mártires da República, a Rua de Santo António e a Travessa de Santo António. A ponte também seria reparada, a estrada do Parque de Campismo da PSP - Policia de Segurança Pública e a rotunda para Vale Formoso que para além do piso também iria ser compactada. A única estrada que não estava contemplada era a de acesso à Quinta da Pegada que se encontrava ainda em projeto e consulta à EDP – Eletricidade de Portugal porque requeria expropriações de modo a que fosse possível proceder ao alargamento da faixa de rodagem.__ ----Também iriam acontecer intervenções em Santa Catarina da Fonte do Bispo nomeadamente na Estrada Nacional 270 onde iriam ser colocados passeios e luminárias ao longo da estrada. Era praticamente o que podiam fazer porque não podiam intervir no piso da estrada que era da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. ----Outra intervenção seria na parte traseira do Clube de Ciclismo e Segurança Social porque as pluviais não tinham ficado bem executadas, pelo que, quando chovia muito a água infiltrava-se passando diretamente pelo edifício para a rua que ficava situada uns níveis mais abaixo causando assim



inundações. No Clube de Ciclismo a água entrava pela porta traseira saindo pela porta da frente pelo
que iriam reparar aquela situação
Iriam também proceder à reparação da via junto às oficinas da Câmara Municipal
Tinha naquele mesmo dia sido aprovada a minuta do contrato para a parte da estrada da Nossa
Senhora da Luz até à Meia Arreia sendo que iria ser colocado pavimento entre a parte onde tinham
parado, junto ao depósito de água, até ao cemitério de Santo Estevão para que aquela estrada que se
encontrava toda esburacada passasse a ter um piso todo novo
Relativamente à cobertura do Mercado Municipal já tinha acontecido a abertura das propostas sendo
que o procedimento encontrava-se praticamente concluído e as placas colocadas
A Urbanização de Perogil iria ser pavimentada e quanto à intervenção no cemitério estava a decorrer.
O ato no cemitério tinha muita dignidade pelo que na sala dos preparos iria ser colocado um móvel e
encontrava-se a ser reparada, com a colocação de janelas e piso novos. No cemitério estavam também a
intervencionar o piso e a executar um núcleo de catacumbas novas cujo procedimento rondava os cem
mil euros
A estrada dos Morenos já se encontrava concluída. Em Santa Catarina da Fonte do Bispo, a estrada
de ligação entre Santa Catarina da Fonte do Bispo e o nó de Olhão, também iria ser reparada para o que
já tinham aberto as propostas cujo vencedor tinha sido a Construções JJR & Filhos, SA
Quanto à Biblioteca, como já tinha referido, a intervenção seria consignada brevemente pelo que
fecharia ao público no dia três seguinte. Tratava-se de um processo que já estava concluído
lriam também proceder à reparação da estrada entre Cachopo e a Feiteira sendo que na zona dos
Currais estava algo abatida e posteriormente seria toda marcada até ao limite do concelho uma vez que
as pessoas se queixavam que não conseguiam ver bem a estrada em função dos nevoeiros que ali
existiam. A intervenção ficaria concluída no decurso do verão
A intervenção nos campos de ténis encontrava-se em curso e as reparações nos balneários do Parque
de Campismo da Ilha de Tavira já estavam concluídas. Também tinham executado um conjunto de
reparações em alguns equipamentos de parques infantis sendo que existiam quatro parques que não
tinham condições algumas, pelo que, tendo reparado os restantes estavam presentemente a preparar
um procedimento para aqueles porque dependiam de uma intervenção urbanística para aumento do
espaço de modo a que fosse possível combinar a colocação de equipamentos novos
A estrada Cachopo, Mealha, até ao limite do concelho, estava terminada já contendo as respetivas
marcações
Quanto ao Pavilhão Municipal a parte exterior estava concluída sendo que, presentemente estava a
decorrer a empreitada para a substituição do sistema de água quente que tinha sido adjudicada à
empresa Consdep – Engenharia e Construção S.A. calculando que estivesse terminada durante o mês de
agosto seguinte



Relativamente ao edifício do Compromisso Marítimo tinham tido alguns problemas como ali já tinha
explicado, todavia a empreitada já tinha reiniciado.
Mostrando imagem disse que era como o Pavilhão Municipal estava a ficar no seu interior que estava
a ser reparado pois não cumpria as regras do presente mas as de há vinte e cinco anos atrás aquando da
sua construção, sendo que a intervenção atual consistia na única reparação de que tinha sido alvo desde
aquela altura. Tratava-se de uma intervenção substancial e consistia na substituição de todas as
condutas de água quente e na colocação de um sistema de aquecimento novo
Informou ainda que estavam a executar reparações em cerca de cem habitações sociais,
especialmente na zona da Atalaia, e que consistiam em pequenas reparações cuja indicação já se
acumulava nos serviços que, não conseguindo dar resposta, tinham decidido adjudicar em empreitada.
Estava pois a referir-se ao arranjo de portas, janelas, estores, cozinhas e outros, que se tinham vindo a
degradar ao longo do tempo e para o que tinham efetuado um procedimento no valor de cerca de
trezentos mil euros tendo a adjudicação sido celebrada por cerca de duzentos e oitenta mil euros
Simultaneamente estavam a assegura o sistema de proteção em todos os edifícios municipais que
tinham que possuir. Assim, as medidas de autoproteção consistiam em minimizar o risco de incêndio de
modo a serem aprovadas pela Autoridade de Proteção Civil. Possuindo a Câmara Municipal vários
edifícios, as medidas de autoproteção estavam a ser colocadas progressivamente sendo que no
momento estavam a ser colocadas no antigo GAT – Gabinete de Apoio Técnico
A Igreja de São Roque não tinha ainda sido inaugurada porque apesar de o seu exterior estar
concluído como todos podiam aferir, estava a ser executada uma intervenção nos frescos do seu interior
que tinha um custo de cerca de quarenta mil euros. Tratava-se de um trabalho muito minucioso que
estava a ser executado por dois técnicos
Quanto à intervenção na Rua 9 de Abril que há muito era falada mas não concretizada, estava a ser
executada. Tratava-se de uma intervenção com financiamento comunitário englobada no PARU — Plano
de Ação de Regeneração Urbana sendo que a taxa de financiamento era de sessenta e cinco por cento.
Não tinha sido logo concretizada por ter sido destacada para ser candidatada na perspetiva de
conseguirem receber algum financiamento comunitário. Aquela intervenção e uma que ainda não
estava a ser executada constituíam-se como duas intervenções destacadas para a obtenção de fundos
comunitários sendo essa a razão pela qual a Rua do Apeadeiro da Porta Nova ainda não tinha obra.
Como certamente os membros tinham reparado a Rua Álvaro de Campos tinha sido alvo de intervenção,
já concluída, sendo que para aquela zona ficar completa faltava a Rua do Apeadeiro da Porta Nova que
muitos pensavam que teria ficado esquecida. Garantia que tal não tinha acontecido sendo que o que iria
acontecer era que a execução especifica para aquela rua, que seria englobada na área da mobilidade, se
encontrava para financiamento à taxa de oitenta por cento podendo, em vez de ter um custo de cento e



trinta mil euros, custar apenas cerca de trinta mil euros, um montante importante que levava a que tivessem decidido aguardar mais algum tempo. ----Continuando com a informação referiu que tinham sido executados vários arruamentos na rede viária existente. ----Quanto à beneficiação do talude da Estrada Municipal 397, a parte que faltava reparar tinha sido adjudicada a José Sousa Barra & Filhos, Lda. que era uma empresa de construção, sendo que ainda tinha que terminar a intervenção por não estar concluída. ---- A Membro Maria do Rosário disse que pretendia saber sobre a situação da intervenção na escola de Santo Estevão, sobre quando seria iniciada, uma vez que lhe parecia que estava prevista. ----O Presidente da Câmara respondeu que antes de haver empreitada teria que existir projeto. Aquela intervenção iria ter um custo de cerca de quinhentos mil euros, que era o valor que estava orçamentado, sendo que brevemente estaria em condições de entrar em concurso, contudo não seria executada no atual mandato. ----Presentemente tinham lançado concurso para a intervenção da escola da Conceição que constituía o conjunto de três intervenções previstas para as escolas, Escola da Conceição de Tavira, Escola de Santo Estevão e o Pavilhão da Escola D. Manuel I sendo que o primeiro projeto que tinha ficado concluído tinha sido o da Escola da Conceição de Tavira, com um valor de cerca de duzentos e cinquenta mil euros cujo concurso para a empreitada se encontrava em fase de lançamento, cabimentado, abrindo nos dias seguintes. Supunha que o concurso seguinte seria o da Escola de Santo Estevão, cujo valor já tinha referido e que consistia na reformulação da escola. ----Concluiu dizendo que não dispunha do timing da mesma porque o concurso ainda não estava realizado mas esperava lança-lo ainda no decurso do verão porque a equipa técnica da Câmara estava a trabalhar no projeto. ----A Vice-Presidente, Ana Paula Martins, referiu que tinha havido uma alteração numa das componentes do projeto porque tinha sido detetada uma incompatibilidade que tinha originado algum atraso, contudo pensava que o concurso seria lançado entre os meses de julho e agosto. ___ ----O Presidente da Câmara reforçou que o que iria acontecer era muito simples. Os alunos iriam ter aulas e depois teriam que programar uma contemporização enquanto a intervenção era realizada porque nessa altura não poderiam haver aulas. De facto, nem sempre conseguiam acertar pelo ritmo todavia acertavam pela natureza do projeto que iria acontecer. ----O Membro João Carvalho disse que aplaudia toda a requalificação que era efetuada, porém gostaria que ainda fosse mais. Assim pretendia questionar quanto ao projeto da ponte se este incluía as ruas Poeta Emiliano da Costa, Jacques Pessoa, o Largo da Caracolinha e ainda, se incluía a retirada de todas as oficinas que ali se encontravam que pensava que todos concordavam, em nada enobreciam o centro da cidade estando com todos os veículos em reparação na rua transformando a zona num pandemónio.



Desconhecia se tinham passado pela zona mas parecia-lhe que estava cada vez pior, sendo que as reparações eram efetuadas no exterior, considerando semelhante aos locais onde antigamente eram cortadas as baleias espalhando óleo por todo o lado, estando a zona toda suja e sem qualquer tipo de dignidade para a cidade. __ ----O Membro Filipe Lopes disse que tendo-se ali falado na Rua 9 de Abril, acontecia ali tal como em muitas outras intervenções, uma má e deficiente sinalização porque quem circulava de Santa Luzia, pensando que a rua estava aberta, tinha que dar uma grande volta. Assim, pensava que a intervenção deveria de estar melhor sinalizada para quem viesse, por exemplo, do lado da Escola Secundária. Sabia que não era o Presidente da Câmara que tratava do assunto mas gostava de deixar ali o alerta. 🔃 ----O Presidente da Câmara, relativamente à sinalização, disse que obviamente existia um conjunto de técnicos que tratavam da sinalização, sendo sempre possível melhorar. ----Em relação à questão colocada pelo Membro João Carvalho esclareceu que o projeto da ponte estava concluído tendo já sido entregue à Câmara sendo que para o procedimento ser lançado faltava ainda a elaboração de um estudo geotécnico que fazia parte da adjudicação pelo que, supunha, que brevemente poderiam ser vistos os técnicos a efetuarem a medição das estacas e a profundidade. ----Quanto à envolvente a DPEOM - Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais estava a desenvolver um conjunto de soluções para a intervenção da envolvente por forma a completar, cujos projetos, obviamente, seriam vistos e partilhados por todos. ----No que se referia às oficinas, algo que sabia bem era quais eram os seus limites enquanto Presidente da Câmara, sendo que não só não eram sua propriedade como não exercia qualquer tipo de pressões ou tensão de prejudicar quem quer que fosse, muito menos quem tinha negócios estáveis. O que lhe parecia que iria acontecer era que o volume daqueles espaços, o valor daquele edificado, iria tendencialmente aumentar dentro de alguns anos, para lá de ele ser Presidente da Câmara, e acabariam por desaparecer dali. Se reparassem, o que estavam a fazer era a ponte, e estavam a aguardar que o concurso da ponte fosse lançado para depois procederem à reparação do Largo da Caracolinha que estava em muito mau estado. A Rua Jacques Pessoa necessitava de uma intervenção urgente até porque se situava junto ao rio estando por isso reservada no âmbito de todo o envolvimento da ponte, porém executar ali uma intervenção de momento não fazia sentido pois haveria que ali ser instalado um estaleiro. A intervenção seria executada à posteriori sendo completada por um conjunto de intervenções ao longo do rio, até ao Supermercado Pingo Doce, cujo terreno seria francamente valorizado estando por isso crente que apareceria um conjunto de oportunidades para os proprietários permitindo a relocalização de algumas atividades que não tinham que ali estar mas antes, por exemplo, no Parque Industrial ou nas redondezas da cidade porque considerava que não seria compensador e difícil em termos de mobilidade podendo aquelas atividades alcançarem outra rentabilidade.___



----Não pretendia fazer grandes afirmações como, todos tinham que sair, como tinha ouvido noutros tempos e nada tinha acontecido, porque não podiam obrigar daquela forma, apenas se fechassem a rua e isso parecia-lhe um atentado às pessoas e aos seus estabelecimentos. Acreditava que com a requalificação e valorização dos terrenos de quem possuía prédios naquela zona, que estava convicto de que iriam valorizar, as atividades ir-se-iam alterar, pois a partir de determinada altura apareceriam alguns empresários com produtos de valor acrescentado que não se importariam de pagar rendas superiores já que se tratavam de locais onde as pessoas passavam devido ao facto do espaço estar reabilitado deixando de ser uma zona escura, tendo piso melhorado, pelo que teriam fortes perspetivas de negócio não se preocupando em pagar rendas mais altas porque conseguiam ter alguma rentabilidade. Se os membros verificassem alguns negócios estavam a ser substituídos por outros porque, feliz ou infelizmente, não era possível encontrar-se um espaço comercial no centro da cidade para o que quer que fosse, pois estavam todos ocupados enquanto no ano de dois mil e nove tinham atingido pelo menos trinta por cento de espaços encerrados. Poderiam afirmar que tal não tinha sucedido mas aquela era a realidade e o que naquela altura não estava encerrado estava decrepito com empresários com muito pouca confiança. _ ----Nesse tempo até tinha havido quem pretendesse fechar a baixa da cidade ao trânsito que sendo uma bela ideia urbana, que ele conhecia, conduzia ao empobrecimento de um conjunto de negócios. Assim, fechavam quando tinham que fechar e abriam quando tinham que abrir mas o fundamental era que existiam pessoas no centro da cidade, nas duas margens, e que progressivamente estas fossem sendo requalificadas. ----Presentemente tinham algumas perspetivas de projetos, mas nada de muito substancial, porque entre a concretização da ponte que certamente levaria um ano a ser construída acrescido de mais cerca de sete meses de concurso, estavam a falar de um horizonte temporal superior a dois anos. ----O Membro Filipe Lopes referiu que a propósito da ponte o Presidente da Câmara tinha acabado de dizer que o projeto já estava elaborado porém não via grande apetência por parte do Executivo para chamar os tavirenses à discussão do mesmo sendo que o que via eram pessoas a manifestarem a sua discordância do projeto que tinha sido colocado na Internet por um Vereador da oposição, caso contrário desconheciam-no. ---- Que pretendia questionar era qual o interesse dos tavirenses naquele projeto especifico e porque não eram chamados a pronunciar-se tal como se recordava de há alguns anos atrás ter havido um referendo para saber se havia ou não que demolir o reservatório da água, porque um projeto tão importante como a ponte também não merecia por parte do Executivo uma promoção tão grande, um referendo, ou outro como era visível para os pequenos projetos que eram altamente badalados. ----O Presidente da Câmara esclareceu que relativamente ao projeto da ponte tinha sido elaborado um concurso com um conjunto de arquitetos, que se não estava enganado eram dois de Tavira, Sataru -



Projetos & Construções Lda. e RAIZ – Engenharia, Lda., dos quais tinham recebido cinco propostas. Tinha havido uma comissão, da qual ele não tinha feito parte, que tinha selecionado a melhor proposta de projeto de acordo com um critério pré-estabelecido, cujo projeto tinha dado origem a um projeto base com um conjunto de especialidades, tendo sido adjudicado por um valor superior a trinta mil euros não tendo sido despendida qualquer outra quantia.__ ----O que lhe era dado perceber era que na altura em que se encontravam, no final da legislatura, as intervenções da ponte e do cinema eram difíceis de digerir. O que se verificava era que a ponte existia ali há vinte e seis anos, desde o ano de mil, novecentos e noventa e um, tendo um prazo de validade de dez anos, o que queria dizer que tinha terminado no ano de dois mil e um e, quando tinha tomado posse no ano de dois mil e nove esta mantinha-se. Enquanto Presidente da Câmara já tinham passado mais oito anos em que não tinham conseguido fazer nada por terem apanhado a maior crise de sempre no que se referia às contas da Câmara. Presentemente a ponte iria ser executada, segundo diziam, sem o projeto ter sido discutido mas também se recordava de muitos projetos que tinham sido executados em Tavira, porque nunca tinha dito que não tinham sido executadas obras nos doze anos do seu antecessor, que não tinham sido alvo de discussões públicas. ----Acrescentou que o projeto da ponte constava no seu programa eleitoral, já tendo existido dois, não tendo sido possível concretizar no primeiro mandato cuja razão tinha justificado aos tavirenses mas, havendo aquela possibilidade, iria ser concretizada porque a existência daquela ponte era importante até porque presentemente já quase nem carros podiam passar devido a um problema de estabilidade. _ ----Tinham uma proposta, sendo evidente que estavam a falar de modelos, mas tinham um programa que tinha sido sufragado em que pretendiam que fosse a melhor ponte para aquele local, todavia a ponte ex-libris do concelho era a Ponte Romana. ----Relativamente à publicação do Vereador no "facebook", o croqui já tinha sido publicado na Revista Municipal. A oposição naturalmente que contava a história de acordo com o que melhor lhe aprazia todavia o croqui já tinha sido apresentado na Revista Municipal número dois de onde tinha sido efetuada fotocópia para colocar no "facebook" porque se encontravam os três planos da ponte. O Vereador Jorge Corvo tinha solicitado o projeto da ponte tendo-lhe sido facultados cinco planos do que tinha sido apresentado e que ele próprio lhe tinha dado. Certamente que o que constava no croqui era um desenho mais grosso do que seria elaborado ao nível da arquitetura, o que lhe parecia evidente, pois estavam a visualizar um vão de oitenta e oito metros que era o que ainda estavam a tratar, não continha técnica construtiva, não continha a cor da ponte tal como as luminárias que eram fundamentais para que a mesma tivesse uma iluminação decente porque a atual continha quatro candeeiros amarelos que estavam decrépitos. ----Felizmente que dispunham de um milhão e meio de euros para investir na ponte. Também tinham lançado por cerca de quatro milhões e setecentos mil euros a intervenção no cinema que tinha



financiamento comunitário no valor de dois milhões, oitocentos e trinta mil euros, pelo que não podiam afirmar que não era possível efetuar aquele investimento. Sabia que tal incomodava até porque estavam a chegar ao final do mandato e estavam a concretizar o que tinham prometido ao contrário do que muitos faziam. ----Para concluir disse que considerava que o bom contributo que poderiam dar era dizerem o que pretendiam fazer, porém parecia que o problema era que não tinham ideias e quanto a isso nada podia fazer. O Executivo tinha ideias, tinha projetos e iam concretizar o que tinham prometido aos tavirenses, liquidando-os, ao contrário do que lhe tinha acontecido que tinha tido que liquidar muito de outros. ----O Membro Filipe Lopes disse que de facto o Presidente da Câmara tinha verba para investir muito pelo IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis das urbanizações construídas noutros tempos, não falando em nomes porque o Presidente da Câmara não gostava, mas do PSD. ----Continuou dizendo que o Presidente da Câmara tinha alegado que não diziam o que pretendiam para a ponte, o que considerava ser natural pois ninguém os tinha questionado não tendo o assunto sido apresentado naquela Assembleia Municipal. ----Tinha falado no cinema, que estavam a cumprir as promessas, sendo que talvez o problema fosse o facto de estarem a ser cumpridas no final do mandato. ----Quando havia feiras, normalmente existia no stand da Câmara Municipal uma exposição dos projetos, cujo projeto da ponte não tinha visto exposto daquela forma tão grande em lado algum. ----Sabia que o Presidente da Câmara não tinha feito parte da comissão que tinha analisado o projeto e desconhecia se tinha conhecimento se nos projetos propostos existia algum apenas pedonal, porque como a Vice-Presidente tinha comentado num à parte, a ponte estava de facto fechada há muito, quer no verão quer no inverno. ----Assim questionava como membro daquela Assembleia Municipal e do PSD qual seria a verdadeira necessidade da ponte ser também para veículos, o que também era questionado por todos os tavirenses, sendo pois o que gostavam que a Câmara Municipal pusesse à consideração. ----Tendo sido solicitada a palavra por parte do Vereador Jorge Corvo, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que apenas poderia passar a palavra ao Presidente da Câmara que se o entendesse passaria à Vereação. ----O Vereador Jorge Corvo referiu que relativamente ao projeto da ponte tinham ali sido ditas algumas coisas que não correspondiam completamente ao que se tinha passado durante todo o processo de decisão do projeto e da primeira aquisição do concurso do projeto da ponte. ----Desde o primeiro momento que tinha defendido que a participação naquele projeto deveria de ser iniciada através de um concurso de ideias com arquitetos e engenheiros de Tavira. O que tinha acontecido tinha sido a consulta a oito empresas, que após terem conversado, a consulta tinha sido aberta a uma nova empresa de Tavira e, na parte das especialidades, tinha participado uma segunda







empresa de Tavira. Assim, desde o início que se manifestava contra, nada tendo a ver com as eleições porque tinha sido desde um período anterior que se manifestava contra aquela forma de concretizar uma ponte numa zona nobre da cidade, numa zona que em termos arquitetónicos deveria de ser valorizada e não conter uma ponte semelhante a um qualquer viaduto de autoestrada. ----Tinha-o defendido várias vezes em Reunião de Câmara sendo que também ai tinha solicitado para que o processo fosse público, o que não tinha acontecido, pelo que tinha pedido o projeto cujas fotografias, que não eram as da Revista Municipal, tinha publicado. ----Acrescentou que a sua posição relativamente ao assunto, até contra quem dizia que não valia a pena abordar o assunto porque a ponte interessava a todos, era de que considerava que aquela intervenção estava acima de qualquer partido sendo de interesse público, de todos os cidadãos de Tavira, e que não podia ser pura e simplesmente um projeto de betão armado que era como se referia a qualquer viaduto. O que contestava desde o início também estava relacionado com os critérios de adjudicação pois no projeto a premissa principal para a adjudicação era o seu custo, não o custo da obra, mas do projeto, o que normalmente não dava bons resultados, como pensava que também não dava bons resultados o facto de ser um desenho a partir do qual se elaborava um projeto, um desenho aprovado para se elaborar o mesmo. _ ----Aqueles eram os fatores pelos quais sempre se tinha manifestado contra o croqui da ponte, não contra a ponte em si, sendo que aquela tinha sido a motivação que o tinha levado a publicar o projeto. Não era seu hábito fazer quaisquer publicações no "facebook", contudo tinha-se visto obrigado a publicar porque tinha solicitado várias vezes para que o croqui fosse tornado público o que nunca tinha acontecido. Assim tinha solicitado o projeto no sítio certo, tirado fotografias ao mesmo, e colocado no "facebook" depois do assunto ter sido discutido em Reunião de Câmara, pelo que nada tinha a ver com o facto de haver eleições. ----Concluiu dizendo que gostava de facto que todos discutissem a sério o projeto pois garantia que o aprovado não interessava à cidade. Quando era elaborado um projeto daquela natureza sem ser acompanhado por um projeto de mobilidade da envolvente as coisas tendiam a não correr muito bem porque havia a ponte mas desconheciam quais seriam as condições que pretendiam para a circulação, exatamente que trânsito iria ali passar, porque não tinha sido elaborado qualquer estudo desconhecendo-se ainda qual seria o sentido do trânsito. Assim, por todas aquelas razões considerava que o assunto deveria de ser discutido e sobretudo publicitado previamente. ----O Presidente da Câmara disse que obviamente respeitava as opiniões de todos mas havia algo que pretendia esclarecer. ---- O Vereador Jorge Corvo tinha pedido os elementos do projeto que continha cinco concorrentes tendo um deles sido escolhido por uma Comissão Técnica. O projeto escolhido tinha sido o apresentado



pelo arquiteto Appleton que pensava não merecer reservas já que era uma das maiores sumidades do
país na arquitetura de pontes
O Membro João Carvalho tinha questionado se estavam a trabalhar na envolvente. Obviamente que
tal implicava um plano de mobilidade que seria concretizado após a definição da ponte porque não era
possível elaborar um plano de mobilidade sem que o conjunto estivesse executado.
Quanto ao tráfego na ponte desde sempre que tinham dito que esta teria uma via de tráfego que
podia estar ou não aberta, mas teria modelação. Tavira ia fazer um investimento para os próximos anos
e não devia de fechar posições naquela zona pois podiam ter muitas pontes já que Tavira era
atravessada por um rio
Acrescentou que também não se recordava do projeto ter sido discutido aquando da construção da
ponte de Santiago mas tinha sido executada do modo como se encontrava de acordo com o
compromisso, com a maior razoabilidade possível para abrir opções na cidade de Tavira quer para que
os peões pudessem conviver, quer para que os negócios se pudessem desenvolver, quer para que as
pessoas pudessem aceder, nomeadamente no inverno, onde a condição de um centro de cidade
fechado ao trânsito era algo de complicado
Assim pensava que iria ficar bem e visível considerando que dignificaria o local onde iria ser
executada e, naturalmente seria pública
Concluiu dizendo ao Membro Filipe Lopes que tinha andado distraído pois a Câmara costumava ter
informação dos projetos nos stands, nas mostras, tendo ali sido colocado o projeto da ponte
O Membro José Mateus disse que sempre tinha vivido em Tavira e não se recordava de, nos termos
descritos, ter sido colocado à discussão dos tavirenses, de todos, o projeto da ponte de Santiago que
tinha sido construída há cerca de doze anos. Assim questionava se a discussão pública seria para todas
as pontes ou apenas para algumas
O Membro Brandão Pires disse que a propósito daquela matéria gostava de recordar que tendo ele
sido Diretor Regional de Economia do Algarve tinham colocado à disposição da Câmara de Tavira de
então, com a Ordem dos Arquitetos, com bastantes verbas da Direção Regional, a elaboração de um
concurso para jovens arquitetos que se inspirando em Tavira apresentassem projetos, parecendo-lhe
que Tavira nunca tinha tido tantos projetos que tinham surgido às dezenas pelo menos para a baixa da
cidade. Todavia tinha a ideia que o assunto tinha ficado numa gaveta nunca tendo sido discutido
publicamente e, do que se tinha vindo a concretizar nos últimos anos em Tavira havia algo que
pessoalmente considerava horrível porque a Praça da República estava de costas para o rio, para a
ponte romana e também não se recordava de ter havido qualquer discussão sobre o assunto
Para terminar referiu outra "obra emblemática" de Tavira, o Centro Comercial Gran Plaza, realizada
nos últimos anos e que também pensava não ter sido alvo de qualquer discussão pública



----O Membro João Carvalho referiu que relativamente ao Mercado da Ribeira se recordava que o projeto até contemplava umas esplanadas sobre o rio que tinha sido anulado pelo IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos numa altura em que o PS dominava a parte governamental enquanto o engenheiro Macário Correia tentava realizar. Ainda se recordava quando o engenheiro Fialho Anastácio dizia que não se podia fazer nada na zona onde presentemente se situava a Escola Fixa de Trânsito. ----Continuou dizendo que por aquela altura o Membro Brandão Pires já estava ligado ao PS sendo que certamente se recordava que executar o que quer que fosse virado para o rio era muito difícil até porque na altura também estava no IPTM que tinha anulado o projeto do Mercado Municipal. Assim, realizar o que quer que fosse virado para o rio era muito difícil porque o PS não gostava muito. ----O Membro José Graça disse que relativamente à questão da memória era bom que se soubesse como as coisas funcionavam e apesar dele próprio não pertencer ao Executivo desde o ano de mil novecentos e oitenta e sete, tendo apenas feito parte como suplente entre os anos de mil novecentos e noventa e oito e dois mil e um, gostava de tecer dois ou três comentários. ----A bancada do PS dispunha de tempo suficiente para falar sobre a atividade político-partidária em Tavira porque efetivamente a questão relativa às oposições no poder local não acontecia apenas em Tavira mas em todo o Algarve onde geralmente adormeciam durante os primeiros três anos de mandato sendo que apareciam cheias de ideias ao aproximarem-se as eleições, por vezes até ideias copiadas de outros locais. A propósito e pelo facto de há uns tempos se falar de um plano de trânsito, quem estava na oposição e tinha proposto um plano de trânsito em Tavira, na altura com algum sucesso porque tinha motivado alguma reflexão dos serviços municipais, desconhecendo se ao nível do Executivo tinha havido aquela discussão, tinha sido uma direção do PSD Tavira liderada pelo engenheiro Paulo Silva e cujo Vice-Presidente, Libertário Teixeira, pensava ter sido o autor daquele projeto pelo menos do ponto de vista teórico que, na altura, imbuídos de boa vontade enquanto dirigentes partidários locais na oposição, tinham elaborado um anteprojeto que tinha sido apresentado no auditório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. ----Pensava que estar na política local, na oposição, passava por ter aquela atitude, uma atitude proativa de apresentar as ideias em público e colocá-las à discussão. Não eram membros da Assembleia Municipal apenas das vinte e uma horas às vinte e quatro do dia da Sessão da Assembleia mas antes ao longo das vinte e quatro horas dos quatro anos de mandato e ninguém os impedia de publicamente, dentro dos partidos ou dos movimentos de cidadania, no grupo de amigos ou nas próprias famílias, de escutar, ouvir e propor ideias para o concelho, ainda mais por se tratar de estruturas organizadas como o eram os partidos políticos. ----Continuou referindo que, como alguém tinha dito naquela Assembleia, os partidos políticos cada vez

tinham menos credibilidade porque apenas se preocupavam com lugares de poder, tendo pois uma



ambição de poder, sendo que o papel que tinham enquanto eleitos era o de se preocuparem em contribuir para a melhoria da sociedade. ----Acrescentou que um partido politico que era ausente ao longo de quatro anos e que se apresentava seis meses antes das eleições copiando slogans de outros concelhos não merecia muita credibilidade. ----No ano de dois mil e nove, quando a lista do PS se tinha apresentado às eleições, tanto para a Câmara com para a Assembleia Municipal, e ele pertencia à lista, tinha apresentado o slogan "Todos por Tavira" e pensava que ao longo dos oito anos de atividade daquela equipa coadjuvada pelos membros que compunham aquela Assembleia Municipal, tinha sido realmente para todos. Não era por aparecerem com um slogan usado por Osvaldo Gonçalves em Alcoutim no ano de dois mil e treze que melhorariam. A atual equipa autárquica, ao contrário do que tinha acontecido anteriormente, tinha trabalhado para todos sendo que os projetos apresentados pelo Presidente da Câmara eram disso o melhor exemplo. Sabia que as ideias não abundavam mas, infelizmente, quando um partido político iniciava uma pré-campanha apenas a criticar, pensava que não teria muita sorte pois os tavirenses mereciam melhor. Uma Câmara Municipal que ao longo dos últimos oito anos tinha conseguido reduzir o seu passivo de quase cinquenta milhões de euros para os valores conhecidos atualmente, merecia os maiores louvores por parte de todos, pois tinha-o conseguido sem nunca ter deixado de realizar o seu trabalho. ----Ao longo dos últimos oito anos, o Municipio de Tavira tinha sido um dos poucos no Algarve que tinha mantido concursos públicos, procedimentos de prestação de serviços e projetos em permanência, mesmo sem ter sido o que mais tinha beneficiado de fundos comunitários, nem per capita, nem em termos absolutos, tendo sabido gerir bem os seus recursos e realizar bem o seu trabalho pelo que, como todos podiam verificar, a cidade de Tavira era para todos, o que esperavam continuasse a acontecer no futuro. ----Pretendia ali reafirmar, e pensava que era uma opinião partilhada por muitas pessoas, que os partidos políticos não podiam apenas existir nos três ou quatro meses antes das eleições que, como o Membro Filipe Lopes tinha referido, os partidos políticos não venciam apenas nos seis meses anteriores às eleições, tendo que trabalhar em permanência sob pena de perderem o seu lugar na sociedade. ____ ----Também existiam muitos independentes que na sua maioria eram falsos independentes. O PSD tinha-se dado ao luxo de apresentar dois ex militantes e dirigentes do PS como candidatos às eleições autárquicas noutros municípios. Infelizmente quando se chegava àquele ponto algo estava mal já que um partido considerado um dos pilares da democracia portuguesa apresentava há dois dias, não há meses, dirigentes de outros partidos o que indiciava que o PSD não estava bem, pelo que esperava que o Membro Filipe Lopes e muitos outros que estavam imbuídos de boa vontade por forma a dar um novo dinamismo ao futuro do concelho, pudessem fazer melhor porque Tavira merecia. ___



O Membro Brandão Pires disse não ter percebido a questão levantada relativa ao Mercado da Ribeira
pois do que se lembrava quando trabalhava no IPTM o que havia para Tavira era a conclusão dos cais de
Santa Luzia e Cabanas com a colocação de um passadiço em Cabanas e a elaboração do projeto
completo para o Porto de Pesca de Tavira que já tinha verba alocada, projeto escolhido e empreiteiro
que tinha ganho o concurso mas que, infelizmente, com a mudança do Governo o projeto do Porto de
Pesca não tinha prosseguido
O Membro Filipe Lopes agradecendo as palavras de apoio do Membro José Graça que nunca tinha
pensado receber, disse que esperava que o PS não o expulsasse depois do que tinha dito
Referiu que primeiramente queria recordar que a ponte de Santiago, como bem lembrado pelo
Membro João Carvalho, não estava sobre o rio Gilão todavia estava muito bem naquele local, depois,
pretendia perguntar se alguém se lembrava da estrutura que ali estava anteriormente
O Presidente da Assembleia disse que conforme tinha sido aprovado no início da Assembleia iriam
passar à discussão do ponto número seis da ordem de trabalhos com a apreciação e votação da
proposta da Câmara Municipal número 103/2017/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais
de Mérito e Bons Serviços e Dedicação
O Presidente da Câmara disse que naquele caso concreto tinham realizado um trabalho preliminar
recebendo os contributos de todos os autarcas eleitos pelo PS e PSD ao nível do Executivo, tendo
reunido para organizar uma lista conjunta de personalidades, sendo que tinha sido possível trabalharem
juntos o que até tinha sido relativamente simples. Tinha resultado a proposta que ali apresentavam com
uma votação quase unanime, apenas duas abstenções relativamente a duas personalidades
O Membro Luís Silva solicitou que o Presidente da Câmara o esclarecesse quanto aos nomes pois
alguns eram-lhe desconhecidos
O Presidente da Câmara referiu que o Centro Social Nossa Senhora das Dores era o equipamento
social que se encontrava à entrada de Santa Catarina da Fonte do Bispo, que tinha cerca de vinte anos e
trabalhava na área da infância dispondo também de uma parte para lar de idosos nas traseiras do
edifício. Tratava-se da única instituição que prestava serviços sociais naquela zona e era gerida por
Manuel Reis
Ana Cristina Horta era a jornalista da Rádio Gilão que certamente já teria feito várias entrevistas ao
Membro Luís Silva
Constantino Brito era o proprietário do Restaurante "O Constantino" cuja comida era muito boa
Idalina Marques trabalhava no âmbito do voluntariado sendo uma das fundadoras do Banco de
/oluntariado de Tavira
Mário Cavaco era o vendedor de <i>"Bolas de Berlim"</i> na praia.



tavira
Vitor Baioa era o pai do advogado Vitor Baioa que tinha sido Inspetor das Finanças e candidato à
Câmara tendo sido Autarca durante vários anos cuja postura se tinha sempre pautado por grande
elegância e contributo positivo ao concelho
A Membro Muriel Dias disse que apenas gostaria de voltar a questionar a escolha dos nomes para a
atribuição das medalhas sendo que já ali tinha sido falada a criação de uma comissão independente em
que mais pessoas pudessem sugerir nomes sem que fosse apenas o Executivo a fazê-lo que, não lhes
pretendendo tirar o mérito, acabavam por votar entidades e pessoas escolhidas pelo Executivo
Relativamente aos currículos que tinham recebido, os mesmos tinham chegado às dezassete horas
daquele mesmo dia e citando o seu exemplo, referiu que não tinha tido oportunidade de os ler. Quanto
à apresentação, não pretendendo tirar o mérito ao Presidente da Câmara, parecia-lhe pouco
esclarecedora e dando como exemplo o Restaurante O Constantino, que não conhecia, pensava não ser
suficiente dizer-se que a comida era boa
Quanto a Mário Cavaco pensava que lhe era atribuída uma medalha não por ser vendedor de "Bolas
de Berlim" na praia mas por um salvamento que tinha feito
Concluiu dizendo que não pretendendo tirar o mérito aos propostos que certamente iriam votar,
considerava que seria importante pensarem seriamente na criação de uma comissão independente
O Presidente da Câmara respondeu que no espectro politico português o Executivo e a Assembleia
representavam a sociedade tavirense e felizmente que ali estavam representados todos os partidos. A
Assembleia tinha uma Conferência de Lideres, representavam as pessoas, ouviam opiniões e,
seguramente que as bancadas reuniam pelo menos para as reuniões preparatórias onde eram prestados
contributos.
Todos os anos, antes do dia vinte e quatro de junho, realizava-se uma Assembleia Municipal onde
eram apresentados e votados os nomes sendo que a comissão independente eram todos os membros
daquela Assembleia
Ele era Presidente da Câmara e membro do PS mas enquanto Presidente da Câmara trabalhava para
todos que disso não houvesse dúvidas, porém sendo do PS, a bancada que suportava a maioria da
Câmara tinha realizado uma reunião tendo proposto cerca de dez nomes. Os Vereadores Elsa Cordeiro e
Jorge Corvo tinham reunido com ele e apresentado também vários nomes, mais até dos que constavam
na proposta
Os membros da Assembleia tinham sido eleitos pela sociedade civil que certamente conheciam,
sendo que havia membros eleitos por todos os partidos, pelo que, por exemplo se o membro da CDU –
Coligação Democrática Unitária se interessasse por aquela matéria faria chegar, em tempo, ao
Presidente da Assembleia que faria chegar ao Presidente da Câmara para posteriormente, em sede de
Executivo, ser elaborada uma proposta como entendessem uma vez que o Executivo tinha liberdade
para propor nomes.



tavira
Considerava importante que fosse independente sendo que poderiam fazer chegar ao Executivo
propostas, pois pensava que naquela matéria, independentes eram todos. Era militante do PS desde os
dezasseis anos e nunca tinha perdido a sua independência de dizer o que pensava e não reconhecia a
ninguém mais ou menos autoridade apenas por estar filiado, não tendo por isso mais opinião do que ele
próprio.
Pensava que era importante dignificar os atos e conversar com as pessoas mesmo que existisse um
regulamento pois considerava importante existir critério de representação municipal. Aquele era o
órgão máximo do Municipio de Tavira que até iria ter poderes reforçados na nova composição da Lei
Para concluir, disse que respeitava os independentes com quem falava de quem ouvia opiniões
formulando as suas próprias e também recebia vários contributos de muitos, tal como das forças
partidárias, mas considerava que antes dos partidos estavam as pessoas
O Membro Filipe Lopes disse que pretendia falar de um nome de uma pessoa que, se não estava
enganado, nunca tinha recebido uma medalha, sendo que tinha sido Vereador durante vários anos. José
dos Santos Viegas do Carmo, já falecido, tinha sido Vereador pelo CDS no tempo de Fialho Anastácio e
estava convicto de que, pelo menos antes de falecer, não tinha recebido qualquer medalha
Na cidade existiam muitas ruas que recebiam topónimos de pessoas sem grande ligação à cidade e,
sabendo que não era da competência da Câmara, deixava ali a sugestão para que o seu nome fosse
atribuído a uma das ruas iluminadas
O Presidente da Câmara sugeriu que o Membro Filipe Lopes apresentasse a proposta à Comissão de
Toponímia que reunia regularmente para decidir os topónimos a atribuir
O Presidente da Assembleia disse que iriam proceder à votação para a qual já tinham sido
distribuídos os boletins de voto
Tal como proposto no início iriam continuar com a ordem de trabalhos até que a votação estivesse
escrutinada. Passou ao ponto número dois da ordem de trabalhos sobre a apreciação do Plano de
Atividades e Orçamento 2017 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M
O Presidente da Câmara reforçou que não se tratava de um ponto para votação mas apenas para
apreciação do plano de atividades e orçamento da TaviraVerde onde estava previsto efetuarem
nvestimentos entre os quais alguns com apoios comunitários, para alargarem a rede nomeadamente o
sistema de água para a Picota, Vale Junco e toda aquela zona.
Iria também acontecer uma intervenção para saneamento na zona da Almiranta onde existiam cerca
de trinta vivendas que não possuíam saneamento. Aquela intervenção que era alvo de financiamento
comunitário localizava-se a dois quilómetros de Tavira em linha reta.
A TaviraVerde tinha formalizado com a Câmara Municipal um contrato para a manutenção das zonas
verdes



Presentemente existia um problema grave, não com a TaviraVerde mas com a Algar - Valorização 🦸
Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. que, desde que tinha sido privatizada integrando o Grupo SUMA -
Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A, as dezasseis Câmaras do Algarve estavam descontentes com o
rumo que a Algar estava a tomar pelo que se tinham abstido todos na votação do seu relatório e contas,
algo que nunca tinha acontecido, mas tinham-no feito em protesto
A TaviraVerde tinha assumido o encargo de substituir a "Ambilinha" que era o sistema de recolha de
cartões junto dos comerciantes da baixa da cidade cuja responsabilidade era da Algar, sendo que a
TaviraVerde tinha sido a única empresa municipal do Algarve que estava a realizar aquele trabalho em
substituição, o que estava a originar alguns problemas que iriam tentar resolver
Queria dizer claramente que era impossível evitar que houvesse lixo pois este era recolhido a uma
determinada hora e dois minutos depois já ali se encontrava um saco. Tinha dado indicação à
fiscalização municipal e à TaviraVerde para recolher provas de pessoas que estivessem a depositar o lixo
fora dos contentores sendo que a multa prevista por Lei era de vinte e cinco mil euros, que pretendia
aplicar, porque aparentemente existiam pessoas que consideravam que Tavira estava muitíssimo bem e
que não necessitavam de continuar numa linha de ser uma cidade limpa, pelo que, chegavam junto ao
contentor e nem se dignavam a abri-lo
Para que vissem ao nível que estavam a chegar deu como exemplo a Rua José Pires Padinha que
cinha acabado de ser arranjada para as Festas de São João e já tinha sido colocado um saco de lixo junto
aos contentores.
Continuou referindo que a TaviraVerde era uma empresa sustentável que não tinha prejuízo, o que
era importante sendo que estavam a trabalhar para baixar o endividamento para poderem efetuar
nvestimento e alterar o mais rapidamente possível os tarifários, como pretendiam, mas para o fazerem
era importante que a empresa fosse sustentável e realizasse o seu trabalho
Tavira era claramente uma referência em termos de limpeza urbana. Obviamente que o tarifário não
era o mais baixo do Algarve mas estavam num patamar a que os restantes municípios também se
estavam a chegar porque os sistemas em alta tinham aumentado consideravelmente de preço. Aquela
era a realidade pelo que estavam a tentar não alterar as tarifas sociais que tinham e, se tal acontecesse,
que fosse em baixa
Concluiu dizendo que o ótimo era inimigo do bom e a realidade era que trabalhavam para, em função
lo que dispunham, não desequilibrarem as contas porque se tal acontecesse todos pagariam, porque se
empresa não tivesse sustentabilidade o prejuízo refletir-se-ia na Câmara que tinha que cobrir o
prejuízo
O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três referente à apreciação do
elatório de Gestão e Contas 2016 — EMPET — Parques Empresariais de Tavira, E.M



O Presidente da Câmara explicou que se tratava do último relatório e contas da EMPET que iria se
aprovado no dia vinte e sete seguinte em que se iria realizar a Assembleia Geral porque estavam a
encerrar as contas do último ano de exercício após a decisão, a deliberação de dissolução.
A EMPET tinha atingido um resultado positivo de oito milhões, cento e setenta e oito mil euros e
cinquenta e dois cêntimos o que significava que a Câmara Municipal não tinha que liquidar os prejuízos
que a empresa tivesse porque o resultado era positivo.
A EMPET tinha vindo a conseguir concretizar algumas vendas de lotes porque o mercado imobiliário
não estava tão difícil como anteriormente. Na área das vendas o resultado dos três exercícios anteriores
tinha sido negativo, o que tinha levado à sua dissolução, cujo trabalho seria realizado com o
administrador liquidatário obviamente gerindo a empresa, todavia o objetivo principal era a venda de
lotes
tinha em termos financeiros não se refletissem imediatamente nas contas da Câmara Municipal cujo
objetivo era esse desde sempre de modo a que a Câmara dispusesse de verbas para as reparações e
reabilitações que tinham vindo a realizar mantendo as contas acertadas.
Para terminar, referiu que para as circunstâncias era um bom relatório, que gostaria que os
resultados fossem melhores, mas pelo menos devido aos resultados atingidos não teriam que liquidar
IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, o que também era bom porque tinham que
acautelar o nível dos resultados, as vendas, de modo a não terem mais aquele encargo
A Membro Muriel Dias disse que relativamente ao relatório tinha uma dúvida quanto ao ponto
número dois do parecer do ROC – Revisor Oficial de Contas que continha a reserva que passava a ler: "
A empresa em anos anteriores no âmbito de uma candidatura ao Programa Operacional do Algarve dois
mil e sete, dois mil e treze (POAlgarve21) obteve a aprovação de um projeto de incentivo ao
nvestimento, do qual a entidade gestora reclama uma correção financeira de seiscentos e oitenta e oito
mil, seiscentos e dois euros e vinte e três cêntimos aos montantes elegíveis. Estando os processos em
reclamação e discussão desconhecendo-se atualmente o desfecho final."
Concluiu dizendo que gostava de saber por que razão aquela situação estava a acontecer e a que
lizia respeito
O Presidente da Câmara explicou que tinham conseguido obter cerca de três milhões de euros de
cofinanciamento a fundo perdido através do POAlgarve21 - Programa Operacional do Algarve. Cada vez
que acontecia uma inspeção pela Inspeção Geral de Finanças era apresentada uma conta para liquidar
endo que uma estava contestava e em Tribunal e, presentemente tinha surgido também aquele valor
uperior a seiscentos mil euros que se referia ao acerto final da candidatura. Já tinham reclamado, e
inham razão, porque as contas pelas quais se tinham baseado para apurar o valor estavam erradas
endo apresentado à CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional a devida



reclamação para que fosse apresentada em Comissão de Gestão porque o programa já tinha sido encerrado. Assim, e porque tinham razão, a verba teria que ser liquidada pelo Estado pois era essa a exigência uma vez que havia um processo e um pedido de devolução de seiscentos e oitenta e oito mil, seiscentos e dois euros e vinte e três cêntimos dos três milhões de euros financiados pela Comissão Europeia. Aquela era a razão pela qual o ROC tinha colocado a reserva no relatório porque se tratava de um processo que estava contraditado e que apenas podia ser solucionado pela CCDR uma vez que o Programa Operacional tinha encerrado entretanto.____ ----Para que os membros tivessem uma ideia de como funcionava o programa e não tendo as datas bem presentes, dava como exemplo o seguinte: O POAlgarve21 encerrava em trinta de junho sendo que, tendo a notificação a data de vinte e cinco de junho teriam dez dias para contestar, que ao fazê-lo, porque o PO já tinha encerrado por questões administrativas nacionais decorrentes da obrigação por acordo com a Comunidade Europeia, tendo por isso que serem encerrados todos os processos, a contestação tinha sido recebida após o encerramento do programa. Assim, relativamente àquele programa quem tinha as operações aprovadas e liquidadas, estava correto, quem não as tinha e apresentava reclamação cabia ao Estado português o ressarcimento se a ele houvesse lugar porque o Programa Operacional estava encerrado. ----Concluiu reafirmando que era por aquela razão que o ROC tinha colocado a reserva quanto aos cerca de seiscentos e oitenta mil euros, sendo que as contas se encontravam certas, não sendo a verba devida como a própria CCDR já tinha reconhecido. ----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 99/2017/CM, referente à prestação de contas consolidadas – ----O Presidente da Câmara disse que na consolidação das contas o resultado do grupo (Câmara Municipal, TaviraVerde e EMPET) era positivo. ----Passando às conclusões constantes na página vinte e três do relatório disse que os membros poderiam verificar que o endividamento do grupo tinha vindo a diminuir e que tinha um ativo de duzentos e sessenta e cinco milhões, cinquenta e quatro mil e noventa e nove euros. ----Relativamente ao resultado líquido do exercício era negativo por via das amortizações pois era do conhecimento que a divida consolidada do grupo tinha sofrido uma redução de sete vírgula trinta e cinco por cento totalizando presentemente o valor de vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e doze euros. A divida de curto prazo do grupo era no valor de oito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e quinhentos e catorze euros para o que a Câmara Municipal não contribuía por não ter divida de curto prazo, apenas de médio e longo prazo, contribuindo para a divida total num valor de cerca de dez milhões de euros, algo diferente do ano de dois mil e nove em que rondava os vinte e nove milhões de euros.__



Considerava que era um resultado financeiro positivo, que não merecia reparos por parte da DGAL -
Direção-Geral das Autarquias Locais.
A Membro Muriel Dias comunicou que a bancada do PSD se iria abster em concordância com as
declarações colocadas em anexo pelo Executivo que também incluíam declarações
desresponsabilizando-os pelas contas apresentadas
O Membro Brandão Pires disse que numa análise muito técnica era bom que tivessem consciência
que a conta consolidada era pior que a conta individual da Câmara Municipal visto que nos últimos anos
a Câmara tinha conseguido alcançar o que as empresas municipais não tinham. Como o Presidente da
Câmara tinha dito o prazo médio de pagamentos a terceiros por parte da Câmara Municipal era
praticamente nulo, sendo que para a TaviraVerde era de sessenta dias enquanto o prazo médio de
recebimentos era de trinta dias que, pelos números que apresentavam, se esperava que tivesse
evoluído mais
Considerava que apesar de tudo a herança da Câmara era mais pesada que a das empresas mas no
entanto a Câmara tinha conseguido resolver os problemas que tinha
O Membro Filipe Lopes referindo-se à questão levantada pela Membro Muriel Dias disse que não
percebia a razão das declarações de responsabilidade referente à prestação de contas, subscritas pelo
Presidente da Câmara e Vereadores com pelouro em que se admitia que tinham feito "aprovar e
executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos" que era uma
declaração obrigatória para remeter ao Tribunal de Contas, dizendo entre outas coisas que as contas
não continham erros, omissões, identificavam as partes, não omitiam acordos, evidenciavam com rigor
e forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou
contingentes, entre outras, cuja declaração tinha sido assinada pelos membros do Executivo Municipal
do PS, não tendo os membros da oposição assinado a mesma porque podiam não ter acesso a tantos
dados como acreditava que os Vereadores João Pedro Rodrigues e José Manuel Guerreiro também não
tivessem porque eram matérias do pelouro da Vice-Presidente e do Presidente da Câmara.
Continuou dizendo que a declaração tinha sido assinada e também se encontravam anexadas outras
declarações que diziam o que passava a ler numa delas como exemplo, já que eram as quatro iguais.
'No âmbito do processo de contas consolidadas, Jorge Manuel do Nascimento Botelho declara ainda que
a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos da Resolução número 44/2015, do Tribunal
de Contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços
récnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por
verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis." Era pois o que não percebia,
não compreendendo o porquê daquela declaração, pelo que questionava se não confiavam nos técnicos
ou não assumiam as responsabilidades políticas.

tavira

No que lhe dizia respeito e não tendo muito conhecimento sobre o assunto, não poderiam votar a
favor pelo que iriam abster-se, mas também não diziam que estavam erradas justamente por
solidariedade para com os membros do Executivo do PS
O Presidente da Câmara disse que os três Vereadores da oposição se tinham recusado a assinar uma
declaração obrigatória por parte do Tribunal de Contas e que era um documento puramente técnico
que ele assinava sem hesitar porque também não andava a verificar o que a contabilidade fazia pois
confiava nos técnicos ao contrário dos Vereadores da oposição.
Aquela declaração tinha começado a ser obrigatória no ano anterior cuja declaração da CI-AMAL -
Comunidade Intermunicipal do Algarve, da qual também era Presidente, também tinha assinado sem
hesitar até porque não tinha a capacidade de verificar se todos os registos contabilísticos estavam bem
efetuados. Acreditava na equipa da Câmara, na Chefe de Divisão e nos técnicos, ao contrário dos
Vereadores da oposição que ao terem dito que não assinavam por não conhecerem os registos
contabilísticos demonstravam alguma desconfiança já que ninguém acreditava que os Vereadores
colocassem o que quer que fosse nos registos financeiros, até porque havia autonomia dos serviços
A declaração que o Membro Filipe Lopes tinha referido, tinha sido elaborada na sequência de uma
recomendação da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, decidida por unanimidade
onde também estavam representados Autarcas do PSD, nomeadamente o seu Vice-Presidente, Ribau
Esteves, porque assinavam confiando nos técnicos todavia desconheciam o que aconteceria ao nível do
Tribunal de Contas, pelo que faziam a referência no texto de que confiavam nos técnicos portugueses
Acrescentou que o Membro Filipe Lopes também era jurista e conhecia a simbologia jurídica em
termos terminológicos no sentido de não existir um esclarecimento, mas com ele tal não acontecia.
Tinham assinado aquela declaração de reserva que também estava disponível para os Vereadores da
oposição, que não tinham confiado nos técnicos da Câmara, sendo que eles tinham assinado a
declaração sem hesitar que era igual para todos
Tinham feito tal como no ano anterior contudo tinham verificado que a ANMP tinha recomendado a
colocação daquela frase, apenas por uma questão de garantias, confiando nos técnicos mas ressalvando
o carater político, tendo sido o que os Vereadores da oposição não tinham querido subscrever. Reiterou
que confiavam nos técnicos razão porque assinavam as contas sem as verificaram, todavia tinham
assinado uma declaração recomendada pela ANMP, igual para todo o país, apenas desconhecendo se
todos os Vereadores do PSD, CDU ou PS que estavam na oposição a tinham subscrito ou não. Na Câmara
de Tavira sabia que aquela não tinha sido assinada pelos Vereadores da oposição
A Vereadora Elsa Cordeiro disse que apenas para clarificar, os Vereadores da oposição não se tinham
apenas recusado no presente ano a assinar a declaração para o Tribunal de Contas. A partir do
momento em que aquela declaração tinha sido exigida, tinha transmitido de imediato as suas grandes
dúvidas sobre a mesma, tendo até recomendado aos Vereadores do Órgão de Gestão para que



ponderassem e analisassem realmente o que estavam a assinar. Os Vereadores da oposição tinham apresentado uma declaração a justificar o porquê de não a assinarem não sendo, portanto, apenas por quererem ou não assinar. ----Tinham dúvidas, e estavam a falar de contas consolidadas de empresas municipais sobre o que tinham sérias reservas, pois o Relatório e Contas da EMPET apenas lhes tinha sido apresentado na última Reunião de Câmara porque tinha que ser apresentado em Assembleia Municipal. Desconheciam por completo a grande parte dos documentos existentes sendo que até em relação à dissolução da EMPET tinham levado um ano a questionar sobre qual seria a resolução da mesma, o que iria ser efetuado, obtendo como resposta que a tempo saberiam, e tinham sabido em cima do tempo. Era por aquelas razões que consideravam que uma vez que não estavam a tempo inteiro na Câmara, uma vez que não tinham acesso a grande parte da documentação, não se sentiam na obrigação de assinar um documento apenas porque o Tribunal de Contas considerava que deviam de assinar tendo, contudo, apresentado uma declaração diferente da indicada pela ANMP. ----Concluiu dizendo que apesar de ser militante do PSD desde os catorze anos, pensava pela sua cabeça. ----O Presidente da Câmara disse que não pretendia entrar em conflito com a Vereadora Elsa Cordejro mas apenas queria esclarecer um ponto focado pelo Membro da Bancada do PSD, Filipe Lopes, pessoa que estimava mas que estava a tentar alterar a conversa e isso ele não permitia. ----Considerava perfeitamente aceitável a justificação da Vereadora Elsa Cordeiro que era igual à já apresentada em Reunião de Câmara e para a qual tinha apresentado uma declaração sendo que do mesmo modo poderia ser considerada falta de confiança nos funcionários, todavia pensava o contrário e não permitia que o Membro Filipe Lopes tivesse essa interpretação, nem a veleidade sem ter o contraponto de que era precisamente o contrário do que o Membro tinha tentado insinuar sendo que do seu lado e Vereadores com pelouro havia confiança, por parte dos Vereadores da oposição existiam reservas. ----O Membro Filipe Lopes considerou que o Presidente da Câmara tinha dado a volta à questão uma vez que não tinha referido a declaração anexa elaborada pelos Vereadores do PSD que tinham anexado à declaração de responsabilidade que lhe parecia não constar na documentação. ----Foi indicado ao Membro Filipe Lopes que a declaração constava na documentação sendo que todos os membros da Assembleia tinham conhecimento da mesma. ----O Membro Filipe Lopes continuou dizendo que admita que o Presidente da Câmara não tivesse que acompanhar os procedimentos contabilísticos até porque esse pelouro era da Vice-Presidente que tinha essa responsabilidade direta e a quem cabia responder diretamente, admitia o que tinha dito, que confiava nos técnicos, porém apesar disso tinha assinado uma segunda declaração que estava em anexo e cujo texto não estava incluído na declaração para o Tribunal de Contas.



município e Tavira	JA .
tavira	/
O Presidente da Câmara esclareceu que não se tratava de uma questão de vontade ou pelouros	\bigcap
sendo que era uma questão obrigatória caso contrário o Tribunal de Contas não visava as contas.	Hour
A Vice-presidente afirmou que a declaração anexa tinha sido resultante de uma recomendação da	0
ANMP	
ANMP	
todas ao Tribunal de Contas de modo a que este tivesse conhecimento do pressuposto em que tinham	4
assinado e porque as declarações eram obrigatórias. Assim, remetiam para o Tribunal de Contas o que	a.
entendessem sendo que tinha sido decidido pela ANMP que a declaração anexa também seria para	
remeter, sendo uma condição de obrigatoriedade	
O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por	
maioria de dezasseis votos a favor e onze abstenções.	
Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal	
número 101/2017/CM, referente à atribuição de apoio às freguesias do concelho de Tavira – Festas	
Tradicionais, Santos Populares e outras iniciativas	
O Presidente da Câmara explicou que se tratavam, tal como no ano anterior, das festas tradicionais	
promovidas pelas freguesias para o que a Câmara Municipal dava sempre um apoio. Basicamente,	
também em função da condição financeira do Municipio, cada freguesia iria receber mais dois mil e	
quinhentos euros relativamente ao ano transato o que aumentava o valor daquela proposta para quinze	
mil euros	
O Membro Leonardo Martins disse que tinha uma dúvida relativamente à Freguesia de Santa	
Catarina da Fonte do Bispo. O Presidente da Freguesia fazia uma descrição detalhada das festas de	
verão, Santos Populares, Maratona de Futsal, Festa do Churrasco, Festa do Largo, Festa dos Jovens,	
Festa da Nossa Senhora das Dores, Feira Franca e outras, e constava um parágrafo que passava a ler:	
"Todas as festas descritas são organizadas pelas diversas associações e clubes da nossa freguesia, com	
exceção da Feira Franca que é uma organização da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do	
Bispo."	
A deliberação e subsidio a atribuir tinha sido de sete mil e quinhentos euros contudo a proposta fazia	
referência às festas das freguesias e a Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo iria	
realizar apenas a Feira Franca, assim a dúvida que tinha era se os sete mil e quinhentos euros apenas se	
destinavam á Feira Franca ou se seriam para o rol das festividades indicadas	
O Presidente da Câmara esclareceu que quanto ao apoio à Feira Franca não havia dúvidas.	
Recordava-se que tinham atribuído um apoio de dois mil e quinhentos euros à Comissão de Festas para	
a realização da Festa da Nossa Senhora das Dores, que era a festa maior, tal como o haviam efetuado no	
ano anterior, pelo que pontualmente apresentavam em Reunião de Câmara alguns apoio desde logística	
a verbas.	



Concluiu dizendo que o Presidente da Junta de Freguesia tinha remetido o que tinha entendido e o
Executivo tinha selecionado o que apoiavam.
O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por
unanimidade
Passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipa
número 103/2017/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e Bons Serviços e
Dedicação, que já tinha sido discutida e votada pelo que, já dispondo dos resultados, passava a indicá-
los
Medalhas Municipais de Mérito – Grau Prata:
Centro Social Nossa Senhora das Dores – Vinte e quatro votos a favor, duas abstenções e um voto
em branco;
Clube Náutico de Tavira – Vinte e cinco votos a favor, uma abstenção e um voto em branco;
Clube de Ténis de Tavira – Vinte e quatro votos a favor, duas abstenções e um voto em branco;
Lida dos Combatentes (Núcleo de Tavira) – Vinte e dois votos a favor, três abstenções e dois votos
em branco;
Rancho Folclórico de Tavira – Vinte e cinco votos a favor e dois votos em branco;
Rancho Folclórico de Santo Estevão – Vinte e cinco votos a favor e dois votos em branco;
Tavira natação Clube – Vinte e cinco votos a favor, uma abstenção e um voto em branco;
Medalhas Municipais de Mérito – Grau Cobre:
Ana Cristina Horta – Vinte votos a favor, um voto contra, cinco abstenções e um voto em branco; _
Constantino Eusébio Ramos de Brito – Dezanove votos a favor, sete abstenções e um voto em
branco;
Idalina Luísa Encarnação Marques – Vinte e um votos a favor, cinco abstenções e um voto em
branco;
Mário José Nora Cavaco – Vinte e três votos a favor, um voto contra, duas abstenções e um voto
em branco;
Vitor Manuel Martins Baioa – Vinte e três votos a favor, um voto contra, duas abstenções e um
voto em branco
O Presidente da Assembleia referiu que o ponto número sete da ordem de trabalhos era sobre a
apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 104/2017/CM, referente à aprovação
da 1ª. alteração da Estratégia de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira.
O Presidente da Câmara informou que tinham elaborado uma proposta de alteração da estratégia
uma vez que algumas das intervenções já se encontravam concluídas e tinham alguns pedidos tendo por
sso o documento sido reformulado, realizada consulta pública de onde não tinham surgido contributos
e, presentemente apresentavam ali para aprovação de modo a que a estratégia pudesse ser melhorada.





----Pretendia dizer que tinham na ARU - Área de Reabilitação Urbana um conjunto de isenções importantes que tinham claramente alavancado o mercado imobiliário na questão da reabilitação 🕅 urbana do centro da cidade ou núcleo histórico consolidado que representava uma área de cerca de sessenta e seis hectares. Tratava-se de um trabalho ao qual se tinha que dar tempo para produzir resultados tendo já alguns relativamente ao primeiro documento mas era importante dar mais contributos e acrescentar porque algumas já se encontravam completas pelo que estavam a continuar o trabalho de isentar de taxas quem pretendesse reabilitar no Centro Histórico de modo a que as casas se construíssem e que, obviamente, o Centro Histórico pudesse cada vez mais estar em bom estado, reabilitado, porque era bom para Tavira e para todos. __ ----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. ____ ----Procedeu à leitura das minutas tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.___ ----Informou que iriam passar ao período de intervenção do público para o que possuía duas inscrições, uma de um cidadão inglês, Malcom Judd, que por não dominar o português tinha elaborado a exposição em língua portuguesa que pedia que fosse lida, pelo que solicitava a um membro do público o favor de a ler. ____ ----"Exposição ao Presidente e à Assembleia acerca da Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo ----Agradecemos ao Presidente e aos Deputados municipais por permitirem a leitura desta exposição em nossa representação. Nós somos o Malcolm e a Patrícia Judd, britânicos, mas a nossa única residência é em Tavira uma vez que somos residentes permanentes em Portugal. Mudámo-nos para cá há cerca de 18 meses tendo reparado e investido significativamente na moradia com os números 49-51 na Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, casa que esteve desabitada por vários anos. __ ----Exatamente antes da repavimentação na Avenida, no final de 2016, os Engenheiros da Câmara colocaram uma lomba em frente a nossa casa. Tal provocou barulho e vibração que nunca havíamos experimentado anteriormente, com carros, especialmente de caixa aberta, que conduzindo em excesso de velocidade em direção à lomba acabam por embater na mesma levantando do solo e embatendo no mesmo logo de seguida. Deverão compreender que tal pode acontecer vinte e quatro horas por dia e em ambas as direções uma vez que a lomba preenche toda a largura da via e todos os veículos que ali passam embatem com as rodas dianteiras e traseiras causando ruído. ---Pouco tempo depois a lomba foi removida e a avenida repavimentada. Julgámos ser a altura apropriada para expor o problema aos engenheiros da Câmara. Fica a cronologia dos acontecimentos posteriores: ----1. Solicitámos uma reunião com os Engenheiros que foi recusada devendo ser a questão apresentada ----2. Escrevemos no dia 02 de novembro de 2016, em português, uma carta dirigida ao Eng. João Jesus, nos serviços da Câmara; _____



3.Nunca recebemos qualquer resposta à mesma;
4.Reunimos com o Eng. João Jesus no dia 06 de dezembro de 2016 e o mesmo encaminhou-nos para
uma colega. A resposta da colega foi que a recolocação da lomba noutro sítio iria provocar queixas de
outros residentes. Explicámos que existem locais não residenciais na zona — um restaurante inativo, um
pronto-a-comer (em atividade). Um escritório de advogados entre outros, em frente a outras duas casas
inabitadas com as traseiras para a estrada (ao contrário da nossa), nenhum dos quais iria sofrer tanto
quanto nós residentes
5.A Avenida foi repavimentada e a lomba foi recolocada em frente a nossa casa em janeiro deste ano
para nosso prejuízo;
6.Nunca recebemos dos engenheiros da Câmara qualquer resposta escrita ou por telefone ou sequer
por email – efetivamente fomos ignorados;
7.A lomba já causou, devido ao condutor do veículo, um acidente de viação quando um atrelado com
um barco, ao embater na lomba, se soltou das traseiras de um veículo comercial e percorreu cerca de
cem metros até embater numa árvore e ter demolido um sinal de trânsito, sem ter atingido ninguém;
8.Todos os dias da semana, pelas seis horas e trinta minutos da manhã, um veículo dos CTT – com
permissão especial de circulação por ter mais de dez toneladas – embate na lomba com velocidade
causando um ruído que acorda toda a vizinhança;
9.Se deslocar a lomba para a zona não residencial não é aceitável, estamos disponíveis para
contribuir para a construção de uma passadeira elevada como as que existem na Rua Luís e Camões,
iunto às escolas, desde que a lomba em causa seja completamente retirada;
10.0 limite de velocidade de trinta quilómetros hora estabelecido na Avenida é ignorado pela
esmagadora maioria dos condutores sendo que já reunimos com a PSP – Policia de Segurança Pública
que se comprometeu a monitorizar, com mais atenção, aquela zona
Consideramos que a recolocação da lomba junto à nossa casa não é justa ou razoável, afetando,
negativamente, a nossa qualidade de vida pelo que solicitamos a sua remoção."
Terminada a leitura, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Munícipe José Domingos Pires.
O Munícipe José Pires referiu que já ali tinha estado, há sensivelmente um ano, para apresentar uma
questão relativa aos apoios cedidos pela Câmara Municipal aos alunos do primeiro ciclo. Na Revista
Municipal tinha verificado que o apoio já era concedido há cinco anos ao ensino público e na
ntervenção que tinha efetuado há um ano atrás tinha referido que o ensino privado não era
contemplado, tendo questionado as razões, ao que o Presidente da Câmara tinha respondido que iria
verificar. Assim, estava ali para agradecer pois no corrente ano ao dirigir-se à escola tinha visto afixado
que os manuais escolares iriam ser apoiados pela Câmara Municipal, pelo que reiterava os
agradecimentos pela forma como tinha sido reconhecido o erro, visto que pior que errar era



permanecer-se no erro, tendo assim sido colocada alguma justiça naquele caso que espera não ter sido uma medida populista, eleitoral, devido ao calendário eleitoral.__ ----O Presidente da Câmara disse que era claro que aquela medida era adotada em ano eleitoral pelo que poderia estar sujeita a todas as interpretações, que eram livres, mas o que iria acontecer era que a partir daquela data todas as medidas que adotassem para o ensino público também seriam para o ensino privado. ----Não se iria verificar qualquer retrocesso, que acreditasse quem entendesse, mas tinham começado com a adoção das diferentes medidas de forma gradual. Aquela medida já podia ter sido adotada no ano anterior mas tal não tinha acontecido. Tinham começado por conceder apoio para o material escolar do primeiro ciclo público sendo que logo no primeiro ano, ainda nem tinham adquirido os equipamentos, o ensino privado tinha dado indicação de que também tinham alunos carenciados, questão que não tinham cogitado mas, nesse mesmo ano, tinham adquirido mais alguns equipamentos para os alunos carenciados da Escola João de Deus para que tivessem o material, o que, no ano seguinte já tinham contemplado._ ----No ano transato tinham adotado a medida relativa aos livros escolares que denotava uma grande evolução porque tinham rescindido o Acordo de Execução tendo ficado com mais alguma verba disponível, cuja medida se constituía como um grande sucesso até porque, entretanto, o Governo tinha decidido atribuir o manual de matemática que não contemplava as fichas e que a Câmara Municipal tinha atribuído aos quatro anos não contemplando o ensino privado. ----No corrente ano o Governo tinha decidido atribuir os manuais todos, o que já sabiam há algum tempo, pelo que tendo a verba alocada àquela necessidade, comprometida e orçamentada e sabendo exatamente o seu valor, porque teoricamente seria o Ministério de Educação que iria atribuir um conjunto de manuais escolares, ou deslocavam a verba destinando-a a outra atividade ou mantinhamna na educação alargando a base, o que acontecia em ano eleitoral. Tinham decidido mantê-la na educação o que pensava ser bom especialmente para os pais que há muito vinham reivindicando aquela situação, sendo que tinham ainda alargado a um conjunto de escolas de outros tipos de ensino.__ ----Que acreditasse quem entendesse mas a ideia não tinha sido eleitoralista mas antes historia que podia ser interpretada como quisessem sendo certo que no mês de setembro o equipamento estaria disponível, oferecido pela Câmara Municipal. _ ----Relativamente a Malcom Judd não sabia se era por acaso, contudo naquela mesma tarde tinha estado a falar sobre o assunto com o Vereador José Manuel Guerreiro sendo que havia a decisão de retirar a lomba até ao final do corrente mês. ----Por altura da pavimentação da rua tinha produzido um despacho numa tarefa que dizia que as lombas seriam recolocadas e que as lombas maiores apenas seriam recolocadas após avaliação da dinâmica da rua. O projetista da equipa de projetos tinha elaborado o projeto de pavimentação



A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otílio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Maria Helena Correia Bartolomeu Silva





tavira

COMPOSIÇÃO	DA	ASSEMBLEIA	MUNICIPAL	22-06-2017
------------	----	-------------------	-----------	------------

	COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MIC	JNICIPAL 22-06-20	17
	Nomes	Formação partidaria	Presenças
1 Ân	ngelo Filipe Silva Pereira	PS	
2 Art	tur António Guerreiro Sanina	BE	
3 Car	rlos Alberto Pires Rodrigues	Independente	
4 Car	rlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
5 Cris	stela da Cruz Pereira Martins	MT	
6 Fili	ipe Vasques do Nascimento Lopes	MT	
7 Hu	go Daniel Santos Gomes	MT	
8 Joã	io Afonso Cunha Rego de Carvalho	MT	
9 Joã	ío Manuel Fonseca Martins	PS	
10 Joa	quim José Brandão Pires	PS	
11 Jose	é Alberto Godinho Correia	PS	
12 Jose	é Epifânio Martins da Graça	PS	
13 Jose	é Liberto da Conceição Graça	PS	
14 Jose	é Mateus Domingos Costa	PS	
15 Jose	é Otilio Pires Baia	PS	
16 Leo	onardo António Gonçalves Martins	MT	
17 Luís	s Nunes Ferreira da Silva	CDU	
18 Mai	ria Helena Correia Bartolomeu	MT	
19 Mai	ria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
20 Mai	ria Otilia Martins Cardeira	PS	
21 Mai	ria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	MT	
22 Mui	riel Cristina Dias	MT	
23 Rica	ardina Pereira Alcaíde Jesus	PS	
24 Silvi	ia Alexandra Sanches Soares	PS	



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Doc. № 2





Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE PESAR, SOLIDARIEDADE E LOUVOR

O nosso País, muito particularmente o distrito de Leiria, em Pedrogão Grande, Góis e municípios limítrofes, tem vindo a ser fustigado por fogo e vento em grandes proporções, causando dezenas de mortes e centenas de feridos entre os nossos concidadãos, mais do que temos memória nas circunstâncias dos incêndios que habitualmente nos atingem.

Os concelhos de Tavira e São Brás de Alportel foram vítimas de uma tragédia semelhante em 2012, felizmente sem a ocorrência de vítimas, mas sentindo de forma especial o apoio e a solidariedade dos Portugueses e a entrega total dos Bombeiros e dos Agentes da Proteção Civil de todo o País, limitando e impedindo quaisquer tragédias humanas.

Considerando a deliberação sobre Fogos Florestais tomada nesta Assembleia Municipal de Tavira, aprovada por unanimidade em 19 de junho de 2014, onde eram reforçadas junto do Governo um conjunto de recomendações relativas a um esforço crescente no capítulo da prevenção, em estreita articulação com as autarquias, organizações florestais e comunidades locais, valorizando os recursos naturais e melhorando as condições para a fixação de empresas e criação de emprego.

Atendendo à dimensão e tragédia humana que se abateu e à necessidade de recuperação da normalidade das famílias envolvidas que ficaram sem haveres



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



e com o seu futuro muito condicionado, e à resposta solidária imediata dos nossos Concidadãos e dos Bombeiros e Agentes da Proteção Civil do Algarve.

s D.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 22 de junho de 2017, delibera:

- 1. Aprovar um Voto de Pesar pelas mortes do incêndio de Pedrógão Grande, Góis e municípios limítrofes, manifestando às famílias enlutadas os nossos sentidos pêsames;
- 2. Manifestar a sua Solidariedade com as famílias afetadas e com os autarcas dos municípios e freguesias abrangidas por esta tragédia;
- 3. Louvar todos os Bombeiros e Agentes da Proteção Civil envolvidos no combate ao incêndio e no apoio às vítimas, em especial aqueles que se deslocaram do Algarve, respondendo com disponibilidade imediata aos apelos e participando nesta missão com competência;
- 4. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidentes das Assembleias e Câmaras Municipais de Pedrógão Grande e de Góis e ao Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira, e ao Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministra da Administração Interna, Presidentes da Liga dos Bombeiros Portugueses, da Federação dos Bombeiros do Algarve, Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e Comandante Distrital de Operações de Socorro de Faro, bem como aos Senhores Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL Comunidade Intermunicipal do Algarve; e
- 5. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.